

Expediente

Os Ricos em Santo André

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ

Carlos Grana – Prefeito
Oswana Fameli – Vice-Prefeita

Realização

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO – SOPP
Alberto Alves de Souza – Secretário

Elaboração

DEPARTAMENTO DE INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS – DISE/SOPP

Responsáveis Técnicos

Daniel Bicudo Veras
Kelli Freitas Galante
Marcelo de Jesus Phintener
Maria Cristina Machado de Lima
Renata Moré
Rosana de Paiva Santos/Vigilância Socioassistencial/SIAS

Apoio Administrativo

Keila Lima

OS RICOS EM SANTO ANDRÉ

Duas ou três coisas que deles sabemos

Boletim, DISE/SOPP/PSA
Santo André, dezembro de 2016
Prefeitura de Santo André

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
PARTE I - DESIGUALDADES	9
1. Tendência no mundo: breve contexto.....	9
2. Neoliberalismo.....	18
3. As facetas da desigualdade	20
4. As classes sociais.....	24
PARTE II – A RENDA APROPRIADA PELOS MAIS RICOS	31
1. Apropriação da renda no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo.....	31
2. Particularidades da região do ABC.....	38
3. Os ricos em Santo André.....	40
4. Taxar os ricos	49
BIBLIOGRAFIA	53
APÊNDICE	59

Introdução

Numa passagem do Capital, Marx caracterizou pobreza como se fossem despesas extras do capitalismo, “mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para classe trabalhadora e para a classe média inferior”.¹ E o melhor exemplo da passagem citada ofereceu-nos o estudo, realizado, em 2014, intitulado *Panorama da pobreza em Santo André*, onde fora apresentado um quadro descrevendo as condições de vida de estratos mais pauperizados da sociedade andreense. O debate sobre pobreza já é consolidado, e pode fornecer excelentes subsídios ao debate sobre riqueza.

E a riqueza, produto social, baseado num processo de produção que tem no conjunto de trabalhadores seu motor principal, mas partilhado de forma desigual? Isto nitidamente demarca o aspecto principal da luta pelas condições materiais de vida, revelando que há disputa política na esfera econômica, sobretudo porque a riqueza fica monopolizada e concentrada em número de mãos cada vez menor. Que está por detrás dessa disputa quando observamos a repartição de rendimentos entre as classes e no interior de cada uma dessas classes? Quais os contornos dessa disputa na sociedade brasileira, em especial na cidade de Santo André? Quais os enunciados desse conflito redistributivo?

Em suma, os elos estruturantes desse tipo de conflito são determinados pelo caráter do modo de produção capitalista, dado que a exploração econômica e conseqüente valorização de capital inevitavelmente conduzem à concentração e à desigualdade de renda e de propriedade, pressupostos da divisão da sociedade em classes. Neste plano, é uma das especificidades do capitalismo pagar bem, mas para poucos, muito poucos, o que cria condições para justificar assim os altos níveis de concentração de renda em certos estratos sociais, caracterizando forte estratificação socioeconômica. Não por acaso extrema pobreza e extrema riqueza coexistem na sociedade, notadamente na brasileira.

Se por um lado a pobreza pode ser entendida como situação em que um indivíduo (ou mais) vive abaixo de condições consideradas mínimas (SPICKER, 1999), sendo esse mínimo um juízo de valor, pois leva em consideração condições de vida de outros indivíduos; de outro, a riqueza pode ser entendida como situação em que indivíduos vivem acima de certo patamar. Aqui também estão presentes juízos de valor.

Mas é inaceitável concordar que condições de vida podem ser consideradas mínimas – no caso, para pobreza, mais difícil ainda é definir patamar que separa ricos dos demais. Assim, de modo sintético, é possível afirmar a pobreza como forma de privação, e a riqueza, em termos absolutos, pode ser forma de excesso. A linha de riqueza, por exemplo, delimita a riqueza acumulada necessária para eliminar a pobreza usando-se apenas redução de desigualdade de renda. A riqueza não é característica de um indivíduo isolado,

¹ Esta passagem encontra-se à pagina 747 do capítulo XXIII - A Lei Geral da Acumulação Capitalista, Livro 1 – O Processo de Produção do Capital, volume II (1994).

mas resultado da estrutura de distribuição de rendimentos da sociedade. Em outros termos: ela é resultado do modo de produção capitalista.

No entanto, definir ou medir a riqueza é um dos grandes desafios dos trabalhos com esta temática. MEDEIROS (2001), por exemplo, propõe a construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza. É uma proposta de metodologia para construção de linhas de riqueza, e que depende do conhecimento da distribuição de renda na sociedade/ valor de linha de pobreza. Partindo do princípio de que a pobreza é moralmente inaceitável, a linha de riqueza é estabelecida a partir de critérios distributivos e define-se como linha que delimita a riqueza a acumular necessária para eliminar pobreza. Por exemplo, HERBERT e CARROLL (1992) definem riqueza baseados em mudanças na forma das curvas de distribuição pessoal de riqueza. Nos Estados Unidos de 1907 eram muito ricos aqueles que tinham acima de US\$ 110 mil. Porém a concepção não relaciona linha de riqueza e linha de pobreza.

Por outro lado, não há consenso para se definir o que é rico. Alguns definem como possuir valor fixo acima de um valor. Por exemplo, US\$ 5 milhões. Ou então há casos em que ricos são definidos a partir da posição relativa a um grupo social relativo à renda pessoal/ domiciliar. Tais estudos têm objetivos específicos. Desse modo, a definição de riqueza não depende de patamar absoluto, mas do nível e/ou de distribuição de renda na sociedade. A fim de problematizar a questão, analisam-se os estratos da população andreense mais ricos, divididos em classes de renda. Com isso, estabelece-se um tipo de diálogo com o estudo mencionado, expondo outra faceta do capitalismo.

Para viabilizar o estudo, os procedimentos metodológicos compreenderam levantamento bibliográfico e pesquisa de dados. No caso da bibliografia, foram mapeados e sistematizados artigos, documentos governamentais e livros que oferecem elementos sobre o tema da concentração e da distribuição da riqueza e da renda, bem como das suas implicações na sociedade quando observadas no contexto das desigualdades estruturais.

Em termos de base material, a opção foi utilizar pesquisas domiciliares brasileiras. No caso de Santo André, microdados do Censo Demográfico e, para Brasil e demais regiões, microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ambas as pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais coletam informações sobre rendimentos.

Nesse estudo, os ricos foram definidos a partir da posição relativa a um grupo social relativo à renda pessoal/domiciliar. A identificação da parcela rica considerou como medida a apropriação de renda apropriada pelos 1%, 5% e 10% mais ricos, o que dá a medida acerca da desigualdade entre os mais ricos e o conjunto da sociedade.

Ainda que haja limitações nas bases domiciliares para observar a distribuição de renda, pois apenas captam os fluxos de renda (rendimento do trabalho e outras fontes, como: juros de poupança, aplicações

financeiras, aluguel, pensão ou aposentadoria de previdência privada, etc.), dado que tais rendimentos declarados podem estar subestimados², essas pesquisas dão razoável condição para construir indicadores de desigualdade.

A abordagem dos ricos considerou como roteiro geográfico Brasil, Região Metropolitana de São Paulo e cidade de Santo André. Para Santo André, adotou-se a mesma divisão territorial utilizada no trabalho sobre os jovens³, ocasião em que a cidade foi dividida em seis regiões, denominada Norte, Sul I, Sul II⁴, Centro, Leste e Oeste. Daí se pode observar os níveis de riqueza espalhados em cada pedaço do município. Cada região da cidade é composta por um agrupamento de área de ponderação e tem a seguinte composição:

- I. **Norte:** Camilópolis, Nações, Parque João Ramalho, Santa Terezinha, Parque Capuava, Parque Novo Oratório, Parque Oratório;
- II. **Sul I:** Vila Luzita, Jardim Santo André, Cata Preta;
- III. **Sul II:** Parque Andreense;
- IV. **Centro:** Centro, Campestre, Assunção;
- V. **Leste:** Cidade São Jorge, Condomínio Maracanã, Vila Humaitá; e
- VI. **Oeste:** Vila Palmares, jardim Bom Pastor, Jardim do Estádio, Jardim Cristiane, Vila Linda, Vila Pires.

A fim de ilustrar a divisão territorial de Santo André adotada para esse trabalho, o mapa abaixo apresenta os pedaços da cidade, por área de ponderação, representada pelos números⁵, e por região da cidade, representada pelas cores, conforme mostra o mapa 1.

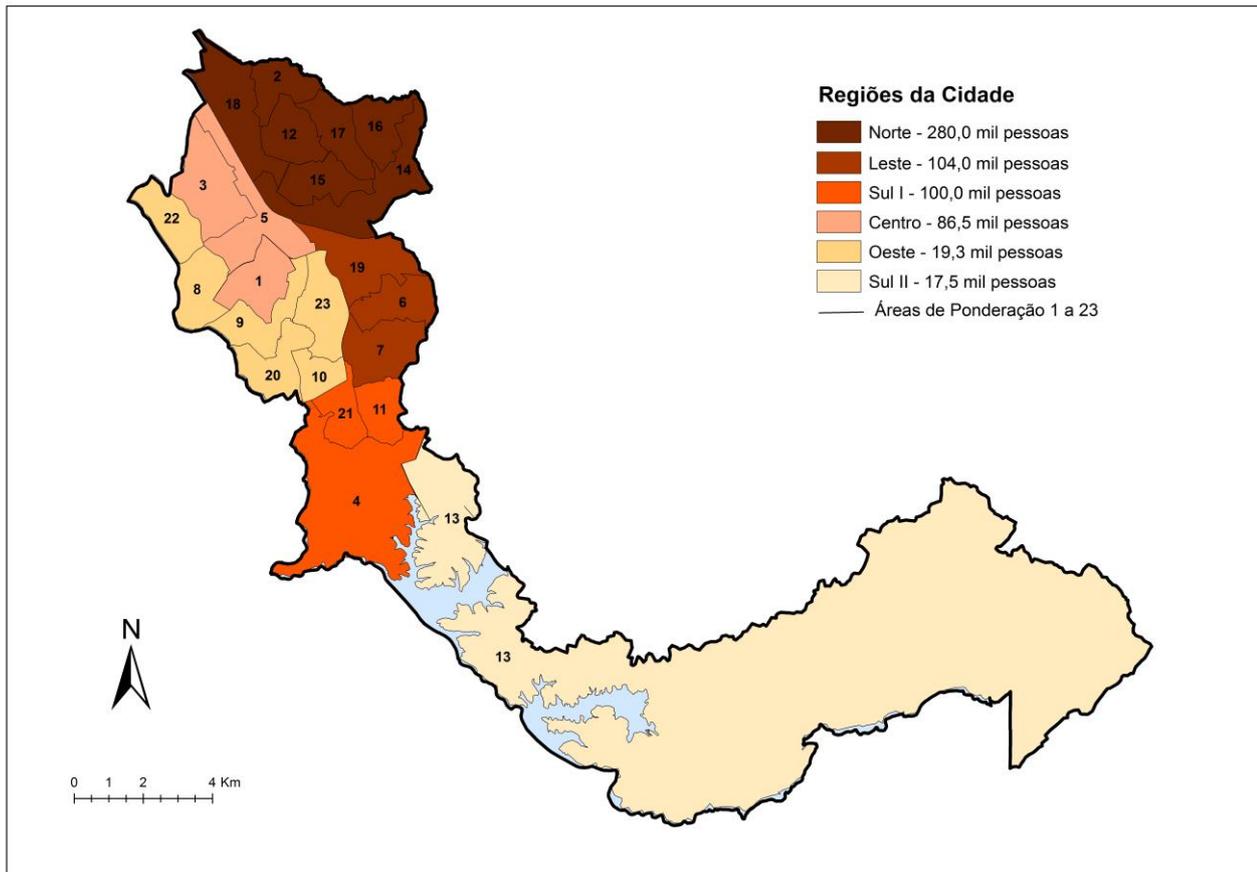
² “Tendem a subestimar os rendimentos mais elevados, seja por limitações inerentes à amostragem e aos desenhos dos questionários, seja por omissão de respostas ou desconhecimento, por parte dos respondentes, dos valores exatos dos seus rendimentos” (p. 4, Medeiros, 2014).

³ *Transições negadas, transições possíveis: um estudo sobre os jovens de Santo André*. Santo André: PSA, 2015.

⁴ “Foi denominado como Sul II a região pertencente à Macrozona de Proteção Ambiental, área de 107,93km² com 5% dos habitantes do município. Conforme o Plano Diretor Municipal (Lei nº 8.696/04, alterada pela Lei nº 9394/12), uma das divisões do município se dá em dois setores: A Macrozona Urbana e a Macrozona de Proteção Ambiental, ambas com suas especificações.”

⁵ Relação das áreas de ponderação e seus números correspondentes: **1 Assunção; 2 Camilópolis; 3 Campestre; 4 Cata Preta; 5 Centro; 6 Cidade São Jorge; 7 Condomínio Maracanã; 8 Jardim Bom Pastor; 9 Jardim Cristiane; 10 Jardim do Estádio; 11 Jardim Santo André; 12 Nações; 13 Parque Andreense; 14 Parque Capuava; 15 Parque João Ramalho; 16 Parque Novo Oratório; 17 Parque Oratório; 18 Santa Terezinha; 19 Vila Humaitá; 20 Vila Linda; 21 Vila Luzita; 22 Vila Palmares; 23 Vila Pires.**

Mapa 1. Distribuição populacional por regiões da cidade e áreas de ponderação⁶ - Santo André, 2016



Fonte: IBGE, 2010, estimativa 2015: Dise/SOPP/PSA

⁶ No apêndice deste estudo consta uma tabela onde há correspondência entre as áreas de ponderação e os setores censitários que compõem as áreas de ponderação.

Além desta introdução, o estudo é dividido em duas partes. A primeira consiste em fornecer contribuições que retratam aspectos determinantes da riqueza e da desigualdade nas sociedades capitalistas, com enfoque no Brasil, apresentando breve levantamento bibliográfico do assunto. A segunda centra-se na sistematização de informações, por meio de fontes secundárias, relativas aos ricos no Brasil, na região Metropolitana de São Paulo e, por fim, em Santo André.

Parte I - Desigualdades

1. Tendência no mundo: breve contexto

A obra de Castro foi transformadora por denunciar a fome como má distribuição da riqueza – e não escassez, além de valorizar economia de abundância. Fica evidente atualidade do pensamento de Josué de CASTRO (1984), que ressalta a importância das escolhas governamentais – escolhas estas que se referem a projetos de desenvolvimento e rumos da economia, e embora hoje o perfil de fome e desigualdade seja bem diferente do da época do pensador pernambucano, persiste o dilema entre o pão e o aço.

No contexto de escolhas governamentais, como destacado pelo autor citado, estão incluídas opções macroeconômicas e suas consequências, que tendem a perpetuar a desigualdade na partilha dos rendimentos. Neste plano, as consequências macroeconômicas determinam como a riqueza vai ser produzida e acumulada. A respeito encontramos bom exemplo nas estatísticas do Credit Suisse, cujos dados revelam que os muito ricos no mundo apresentam maior ou igual a US\$ 50 milhões (R\$ 195 milhões). Desde 2014 o grupo perdeu 800 pessoas. Já os ultraricos têm patrimônio maior ou igual a US\$ 500 milhões (R\$ 1,95 bilhão). Desde 2014 o grupo aumentou ligeiramente. O conjunto da riqueza mundial crescerá até 2020 (39%) e a classe média chinesa já é a mais numerosa do mundo (FARIZA, 2015).

Comentando as circunstâncias econômicas do momento, Paulo Nogueira Batista Jr., vice-presidente do banco dos Brics, oficialmente Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), observa que a situação atual não é de crise aguda como em 2008 ou 2009, mas um cenário de estagnação, desemprego, de economias importantes com problemas financeiros, e insatisfação crescente das populações de países avançados em relação às suas elites. A percepção é a de que a renda está se concentrando e as elites não são confiáveis, sendo o Brexit, a ascensão de Trump e do populismo da direita conservadora em diversas partes da Europa reflexos disto (MOREIRA, 2016).

No tocante a perpetuação da desigualdade ao longo dos séculos, são especialmente elucidativas duas pesquisas européias: uma da Itália e outra da Inglaterra. Na Itália, analisando dados do Banco Central Italiano, Guglielmo Barone e Sauro Modetti concluem que as famílias mais ricas são as mesmas desde 1427,

mesmo tendo a população e a economia tendo crescido muito até 2011. Já na Inglaterra foi pesquisada a seletividade das universidades de Oxford e Cambridge. Neil Cummings, da London School of Economics, conclui que em seu país as famílias mais ricas são as mesmas de 1170 a 2011, há 28 gerações. O mesmo 1% está no alto do pódio há 800 anos.

Para PIKETTY (2014), a concentração de renda aumenta os índices de desigualdade. Embora os estudos da Itália e do Reino Unido não afirmem o mesmo que ele, o ratificam. Os Estados têm responsabilidade no fato de os ricos se manterem ricos ao longo dos séculos, sem dificuldades. O capital, que se diz dinâmico, meritocrático e justo não passa de propaganda enganosa, pois a longo prazo pouca coisa muda, o dinheiro não circula; está sempre nas mãos dos mesmos. É difícil mudar seu destino considerando-se as origens (DONATO, 2016).

PIKETTY (2014) analisou dados de 20 países nos últimos 200 anos. Identificou no século XX crescimento econômico e difusão do conhecimento, o que impediu que houvesse o cenário apocalíptico previsto por Marx, tampouco o cenário otimista que o pós II Guerra sugeriria, mantendo-se a estrutura básica: capital e desigualdade. A tese principal do autor francês é a de que após longo período histórico a taxa de rendimento do capital foi maior que o crescimento econômico, que se traduz na equação: $r > g$

Neste contexto, r é rendimento e g é crescimento. Resultado: mais concentração de riqueza, perpetuando círculo vicioso de desigualdade, descontentamento geral, questionamento da meritocracia e até ameaça aos valores democráticos. Mas uma esperança é oferecida: a intervenção política já foi (e ainda é) capaz de reverter o quadro (PIKETTY, 2014).

Assim:

Desigualdade fundamental: $r > g$

DE ONDE:

r = taxa de remuneração do capital (lucros, dividendos, aluguéis) em um ano em porcentagem do seu valor

g = taxa de crescimento (crescimento anual de renda e produção) da economia

Fonte: PIKETTY, 2014.

Como medir a evolução da distribuição de riqueza a longo prazo? Teria havido concentração cada vez maior em poucas mãos, como previra Marx? Ou será que as forças equilibradoras do crescimento, da concorrência e do progresso tecnológico teriam levado à redução da desigualdade e à harmonia? Esta foi a previsão de Kuznetz durante o século XX. O que sabemos sobre a evolução da renda e patrimônio desde o século XVIII? Quais lições tiramos disso para o século XXI? PIKETTY (2014) reúne dados de três séculos e 20 países para tentar responder.

Seu desafio foi imenso porque no debate sobram preconceitos e faltam fatos. Contudo, o cinema e a literatura têm sido fontes precisas sobre padrões de vida e níveis de fortuna. No século XIX Jane Austen e Honoré de Balzac tinham íntimo conhecimento da hierarquia da riqueza de suas respectivas sociedades, dos contornos ocultos dessa riqueza e seus desdobramentos implacáveis sobre a vida: enlances matrimoniais, esperanças pessoais e infortúnios – mais até do que qualquer análise estatística pudesse alcançar – contemplando também a dimensão subjetiva, psicológica.

Historicamente, pesquisas dedicadas à distribuição de renda se fundamentaram em poucos fatos sólidos e muitas especulações teóricas. Thomas Malthus, por exemplo, escreveu em 1798 o *Ensaio sobre o princípio da população* em que coloca a superpopulação como a principal ameaça e fundamentou o estudo com informações disponíveis naquele momento. Por exemplo, usou-se dos relatos preconceituosos do viajante Arthur Young pela França do século XVIII e fez o que pôde com os recursos que tinha, e com isso elaborou teoria. A população francesa realmente cresceu, mas a demografia não era a única causa de convulsão social. Malthus foi ainda mais radical do que Young. Por medo do torvelinho francês também ocorrer na Inglaterra, foi bem mais radical. A teoria malthusiana é, assim, um produto do medo.

Ricardo e Marx apresentaram enfoques diferentes. Para estes autores, apenas um pequeno grupo se apropriaria de uma parte crescente de produção e renda. Se para Ricardo o grupo é o de proprietários de renda, para Marx o grupo é o de capitalistas. Em 1817 Ricardo escreve os *Princípios de economia política e tributação*, embora sem fonte estatística consistente, como Malthus, detinha conhecimento íntimo do capitalismo da época. Realmente avançou em relação aos predecessores, considerou a lei de oferta e demanda: a terra, cada vez mais escassa, vai ficar mais cara, apresentando-nos o princípio da escassez. Os proprietários receberiam parte cada vez mais significativa da renda nacional. O restante, menos, resultando em destruição do equilíbrio social. A solução para Ricardo seria o imposto crescente sobre a renda da terra, mas isto não ocorreu porque o peso da agricultura diminuiu. Cresceram em importância o progresso tecnológico e o crescimento industrial, e a humanidade deixaria de ser refém de restrições alimentares e agrícolas. De acordo com a lei de oferta e demanda, os aluguéis caros iriam jogar as pessoas para longe (PIKETTY, 2014).

Marx escreveu *O capital* em 1867, cinquenta anos após Ricardo ter escrito seu livro. Desta forma, o eixo de discussão já não era o mesmo. Não mais se trata de saber se a agricultura poderia alimentar a população crescente com preços crescentes. A questão é outra: a dinâmica do capitalismo industrial a pleno vapor, sendo os fatos mais marcantes a miséria do proletariado industrial e miséria urbana. Engels havia escrito em 1845 *A situação da classe operária na Inglaterra*.

Marx faz um tratado sobre as contradições lógicas internas do sistema capitalista, voltando-se contra ideias dos economistas clássicos, como a “mão invisível” de Adam Smith e a Lei de Say (o produto cria a própria demanda), e criticando os socialistas utópicos que denunciavam a desigualdade, mas sem meios de

transformação. O que Marx aproveita de Ricardo é o princípio da escassez para fundamentar a análise do capitalismo, porém agora industrial, não mais da terra. O acúmulo do capital não teria limites: seria um “princípio da acumulação natural”, mas em limite natural. Daí viria o fim do capitalismo:

- O rendimento do capital cairia e haveria mais conflitos entre os capitalistas;
- A participação do capital na renda nacional ficaria cada vez maior, o que revoltaria os trabalhadores.

Nenhum equilíbrio é, desta forma, possível. Para PIKETTY (2014) a “profecia” de Marx, assim como a de Ricardo, não se concretizou, por ter havido melhora do poder de compra do trabalhador e aumento da desigualdade até a I guerra. Além disso, a luta dos trabalhadores na tentativa de ultrapassar o capitalismo e, como alternativa, implementar o socialismo aconteceu no país mais atrasado, a Rússia, pois país camponês, pré-capitalista⁷; e, por fim, os países mais avançados exploraram vias social-democratas, como forma moderna de reorganização do capital.

Já Simon Kuznets tem no século XX uma abordagem diferente, a do otimismo, ou a que PIKETTY (2014) chama de “conto de fadas”. Para ele a desigualdade de renda deveria diminuir automaticamente nos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista. O ano de 1955 foi o “período mágico” do pós-guerra, inscrito entre 1945 e 1975, os chamados 30 anos gloriosos. A curva de Kuznets foi uma boa nova em tempos de Guerra Fria.

PIKETTY (2014) faz distinção entre:

Forças de convergência (reduzem desigualdade)	Forças de divergência (aumentam desigualdade)
Qualificação de mão-de-obra Que por sua vez aumenta a produtividade Difusão do conhecimento Disseminação da educação de qualidade	$r > g$ A falta de investimento na capacitação pode excluir segmentos inteiros Por exemplo, a substituição de operários ocidentais por operários chineses

Não há processo natural e espontâneo para impedir as forças desestabilizadoras, e o autor francês também identifica curva em “U” sobre a desigualdade histórica:

1910-1940 – alta;

1940-1980 – baixa;

1980 em diante – alta de novo.

A força fundamental da divergência ($r > g$), coloca PIKETTY (2014), começou com a prosperidade da Belle Époque (século XIX). Quando $r > g$ (como nos séculos XIX e XXI): a herança aumenta mais rápido que a

⁷ A intenção socialista foi soterrada e o que surgiu foi um capitalismo de Estado, tipo de capitalismo confundido tanto pela esquerda quanto pela direita como comunismo. A respeito, consultar Tragtenberg, Maurício: *Evolução da Revolução Russa de 1917 até hoje* p 363-386; *A Terceira Revolução Russa* p 387-391. In: Teoria e ação libertárias. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

produção. Basta os herdeiros pouparem uma parte e seu capital crescerá mais rápido que a economia como um todo. A desigualdade do capital é maior que a desigualdade do trabalho (mesmo que estas não sejam pequenas). Em todos os países e todas as épocas estudadas, 10% dos indivíduos que recebem rendas mais elevadas costumam ter entre 25 e 30% da renda do trabalho. Já o patrimônio dos 10% que têm patrimônio mais alto é 50% do total da riqueza. Em certos casos, 90%. A desigualdade em relação ao trabalho é frequentemente mais suave, moderada e razoável, e a do capital, sempre extrema.

PIKETTY (2014) discute e critica metodologicamente as divisões arbitrárias de classes sociais. Por exemplo, percentis, quintis. A que ele adota é:

- “Classes populares”: os 50% que compõem a base da distribuição de renda;
- “Classes médias”: os 40% do “meio”;
- “Classes superiores”: os 10% do topo.

Se nos anos de 1900 os novos ricos eram menosprezados pelos que herdavam seu dinheiro, por isso tentando passar por rentistas/herdeiros, agora há um relacionamento reverso: rentistas e herdeiros se mostram como empresários. Reivindicam ter merecido uma renda que não produziram (MONBIOT, 2016). De qualquer forma, no século XX a palavra “rentista” adquire conotação pejorativa. Ainda hoje há publicações críticas à classe, como a de SAYER (2015). É ilusão supor que a livre concorrência permite pôr fim à sociedade da herança e conduzir a um mundo meritocrático.

Enfim, para PIKETTY, desde o século XVIII há desigualdade, e é condição central do capitalismo: $r > g$. Outra conclusão do autor é de que a economia de mercado tem forças de convergência e forças de divergência. As forças de convergência são difusão do conhecimento e qualificação. Já as forças de divergência ameaçadoras e desestabilizadoras para os valores de justiça social são a desigualdade $r > g$. Ainda segundo autor francês, o empresário tende a ficar rentista e dominar cada vez mais quem só tem força de trabalho. Constituído, o capital se reproduz mais rápido do que cresce a produção. O passado devora o futuro, com consequências terríveis para a divisão da riqueza.

Antes de mais, cabe fazer algumas considerações acerca da oposição entre economia produtiva versus economia financeiro-especulativa levada a cabo pelo citado autor. Ao admitir antagonismos entre capital produtivo e capital especulativo, o modelo de análise proposto por PIKETTY ocultamente partilha das teses do capitalismo ideal, do empresário produtivo ou criador, como se a modalidade de opressão e exploração produzida por esses capitalistas devesse ser tolerada. Nestes termos o antagonismo sugerido pelo autor francês, além apresentar o capital financeiro como um desvio, porque parasitário, desconsidera que ambos os lados da economia integram a totalidade do sistema de exploração, até por fim sua análise culminar na ausência crítica às relações sociais de produção estabelecidas nos quadros do capitalismo (Empresas, Estados/governos).

De então se torna imprescindível o entendimento do funcionamento do capitalismo a partir da complementaridade entre finanças e indústria. A tal tese da distinção entre os tipos de capital fora muito explorada e difundida pelos fascismos, tanto quanto o foi e ainda o é por certos setores da esquerda, especialmente significativo é a sua propagação na esquerda nacionalista. E se nela alguma sustentação há, fica restrita ao campo exclusivamente ideológico, sem jamais ser transportada para o “plano material das relações econômicas”.⁸

Há, contudo, críticos que chamam atenção para outros pontos que escaparam a PIKETTY (2014). É a questão da divisão de trabalho entre países participantes das cadeias globais de valor. Países em desenvolvimento participam em atividades de baixa agregação de valor (produção, montagem, logística, call centers, etc.), ao passo que países industrializados, que controlam cadeias de valor, exercem funções de alto valor agregado, como P&D, design, marcas, marketing, etc. Assim, como aponta ABARCHE (2014), ter indústria não é condição suficiente para garantir condições de desenvolvimento. Importa é qual indústria se tem. Há desigualdade de renda entre países, e as desigualdades são diferentes entre si. É importante investir em capital humano e agregar valor à atividade econômica.

GALA (2016) compara empregos em 28 países em 2011, concluindo que países ricos empregam pessoas em setores manufatureiros e serviços sofisticados, com estrutura produtiva mais complexa. Já os países pobres não foram capazes de construir estrutura produtiva complexa e, portanto, são incapazes de constituir e empregar trabalhadores em setores de serviços sofisticados. China e Índia, mesmo com suas populações enormes, têm baixíssima porcentagem da população em setores sofisticados, mas estão no caminho para a construção de sistema produtivo complexo. No outro extremo estão Alemanha, Coreia do Sul e Japão, que com seus enormes setores sofisticados têm muita gente empregada na manufatura e estrutura altamente complexa.

O estado alemão de Baden-Württemberg é rico e eficiente. Tem 10 milhões de pessoas, PIB igual ao da Noruega e três vezes o de Portugal. Lá serviços, agricultura e riquezas naturais são ali irrelevantes, estando a fonte de riqueza justamente na produção de bens transacionáveis sofisticados e complexos, dos quais Porsche, Hugo Boss, Zeiss, Mercedes-Benz e SAP são exemplos⁹. Empresas de mecânica de precisão e maquinaria merecem destaque, pois abastecem o mundo todo com bens transacionáveis complexos. A Bavária apresenta semelhante perfil. O desenvolvimento econômico está relacionado à sofisticação produtiva. Enquanto Ricos vendem produtos e serviços sofisticados, pobres vendem produtos simples e rudimentares. Assim, o desenvolvimento econômico implica na capacidade de uma sociedade conhecer e controlar técnicas produtivas (GALA, 2016).

⁸ Sobre o assunto, consultar o artigo: O especulador e o industrial. A esquerda do lado do mito contra a realidade, de João Valente Aguiar. www.passapalavra.info. Ver, também, Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta, em particular Parte 2, Capítulo 4 - Capital produtivo e capital especulativo, 412-418.

⁹ GALEANO (1990) declara que a riqueza da terra é a pobreza do homem. Muitos são os exemplos de países ricos - mas que são pobres em recursos naturais -, e de países pobres que são ricos em recursos naturais.

A industrialização é, por excelência, sempre foi o caminho para desenvolver um país e para aumentar a produtividade de um país. Para Raúl Prebisch os ganhos de produtividade são incorporados a salários nos países industrializados e se tornam queda de preço nos países periféricos. Para Nicholas Kaldor e Gunnar Myrdal as dinâmicas tecnológicas/ de produtividade dependem de acumulação de capital, do nível de produto agregado e da industrialização da produção. Estabelece-se causalidade entre taxa de crescimento de produtividade e taxa de crescimento da produção industrial, em outras palavras, o aumento da produção leva a aumento de produtividade, e isto se chama “lei de Kaldor-Verdoorn” (GALA, 2016a).

A literatura kaldoriana identifica duas explicações para isto:

1) Há transferência de trabalhadores de setores de baixa produtividade (trabalho precário) para setores industriais de produtividade elevada. Como há excesso de oferta de trabalho nos setores de baixa produtividade, essa transferência não impacta neles. Tal processo é a transição das economias da imaturidade (trabalho precário e subsistência) para as de maturidade;

2) Nas atividades manufatureiras há retornos crescentes de escala. Eles são estáticos e dinâmicos. Retornos estáticos são economias de escala encontradas dentro das firmas. Já retornos dinâmicos são aumentos de produtividade derivados de “learning by doing”, externalidades positivas, “*spill-overs*” tecnológicos (GALA, 2016a).

Os países ricos se concentram em manufaturas (comunidades complexas) e os países pobres se concentram em recursos naturais (comunidades não-complexas) (GALA, 2016a).

Outro importante conceito é o de produtividade do trabalho. Diferentes setores têm diferentes perfis. A indústria de transformação emprega número razoável de pessoas com alta produtividade. Já o setor de serviços sofisticados emprega pouca gente com alta produtividade, e o setor de serviços não sofisticados emprega muita gente com baixa produtividade. A agricultura, por sua vez, emprega pouca gente com boa produtividade, ao passo que a indústria extrativa emprega muito pouca gente com boa produtividade (GALA, 2016b).

A indústria é o setor que mais perde empregos, já os vinha perdendo desde 2011, e quando a indústria perde produtividade, a produtividade geral da economia cai. A possibilidade de mecanização/especialização é maior na indústria que em outros setores, pois há mais possibilidade de divisão do trabalho intra-indústria e entre indústria e outros setores, conforme haviam dito Kaldor e Myrdal nas décadas de 1960 e 1970. Tais características são conhecidas como *roundaboutness*. Por exemplo, no caso de Robinson Crusóé é melhor construir barco e vara do que nadar e tentar pegar peixe, pois como salienta GALA (2016b), mecanizar e dividir a tarefa dão mais produtividade. As atividades industriais são mais propícias para se aplicar o *roundaboutness*. Garantem divisão de trabalho, especialização e mecanização, sendo, portanto, o motor de uma economia.

Analisando a situação de riqueza e pobreza dos países, pode-se constatar significativas diferenças de produtividade que se traduzem em desigualdade de renda, ou dito de outra forma, se traduzem no nível de vida dos trabalhadores.

Com dados da Revista Global Finance, comparam-se rendimento anual médio/pessoa (em dólar) de diversas nações, compondo ranking mundial (MSN DINHEIRO, 2016). A este respeito, consultar apêndice do trabalho, onde constam dois quadros listando os países com os rendimentos médios anuais (quadro 1) mais altos e os com os rendimentos médios anuais mais baixos (quadro 2).

A OCDE tem consciência sobre os efeitos negativos da desigualdade. Para Ángel Gurría, Secretário-Geral da Organização, ela enfraquece o tecido social e compromete o crescimento econômico dos países. Entre 1985 e 2005, em 19 países da Organização, a desigualdade prejudicou o crescimento econômico em 4,7%. Frente a esta realidade a OCDE recomenda promover igualdade de gênero no trabalho, ampliar oferta de empregos mais estáveis e estimular investimentos em educação/ formação contínua por toda a vida. Além disso, impostos são meios apontados pela OCDE para reparar desequilíbrio. As políticas públicas devem garantir que os mais ricos/ as multinacionais paguem a maior parte dos encargos fiscais (RADIO FRANCE INTERNATIONAL, 2015).

A luta pela igualdade encontra ferrenho advogado entre os mais improváveis aliados: o empresariado autointitulado plutocrata – representado na figura de Nick HANAUER (2014). Hanauer (Nova York, 1959), tem suas atividades no estado americano de Washington e é um dos 0,01% mais ricos dos EUA. Capitalista orgulhoso, fundou mais de trinta empresas, foi o primeiro investidor não-familiar da Amazon.com, e tem um banco. Alega ter ampla visão do capitalismo e ser recompensado por isso. E embora não seja o mais esperto do mundo, tampouco o mais esforçado, clama viver no conforto e no consumo conspícuo. Ele reconhece que nascença, circunstância e momento foram fundamentais para o seu enriquecimento, questionando o fundamento da meritocracia.

Antes de ir um pouco mais longe, é importante situar que esse empresário remete a noção de igualdade às oportunidades de ascensão numa sociedade estratificada, que faz parte dos mecanismos constitutivos da democracia liberal. Nisto consiste precisamente em possibilitar ao cidadão certa abertura na sociedade, mediante concessões políticas e econômicas, onde ele possa ter condições de ascender, não por meio de sua classe, mas individualmente. Esta noção de igualdade de oportunidade é compatível com a preservação das hierarquias sociais, ou seja, embora possa até propiciar certo nível de vida satisfatório às pessoas, em nada altera as relações de exploração e dominação.

Sua crítica ao sistema capitalista, sempre da perspectiva para torná-lo mais eficiente, no que ele vai chamar de “Novo Capitalismo”, é que enquanto os plutocratas vivem além do sonho da ganância, os outros 99% ficam para trás. Ele então apresenta os seguintes dados sobre desigualdade sobre os EUA:

Dados dos EUA (1980):

- O 1% mais rico detinha 8% da riqueza nacional
- Os 50% mais pobres detinham 18% da riqueza nacional

Dados dos EUA (2014):

- O 1% mais rico detém 20% da riqueza nacional
- Os 50% mais pobres detêm 13% da riqueza nacional

Se o padrão se mantiver nos EUA, em 2044:

- O 1% mais rico deterá 30% da riqueza nacional
- Os 50% mais pobres deterão 6% da riqueza nacional

HANAUER (2014) não usa de argumento moral para dizer que a desigualdade é errada, ele apenas diz que a desigualdade é destrutiva e péssima para os negócios. O executivo cita o exemplo de Henry Ford (EUA, 1863-1947)¹⁰, que criou o salário diário de US\$ 5, o dobro do salário mínimo da época. Isto não só aumentou a produtividade quanto também transformou operários em classe média próspera – apta a comprar os produtos que produzia. Ele também compara economia a um ecossistema, em que é benéfico o ciclo entre clientes e negociantes. Salários maiores geram demandas maiores, o que melhora a economia – e os lucros. Estabelece-se assim, um círculo virtuoso.

HANAUER (2014) defende que abracemos a “economia de classe média”, e que isto é essencial para a recuperação econômica. As economias do século XXI são complexas, ecossistêmicas e adaptáveis, e por isso devemos abandonar concepções neoclássicas de que as economias são lineares e mecânicas. Defende também que o capitalismo não funciona bem com alocação eficiente de recursos- mas sim com a criação de novas soluções, e que essa é a genialidade do capitalismo. Ele recompensa bem pessoas que criam soluções para problemas alheios – sendo isso o que diferencia sociedades ricas e sociedades pobres. Todas as democracias mais prósperas têm investimento maciço em classes médias e infraestrutura, e por isso propõe que deixemos a economia de migalhas para trás.

HANAUER (2014) ganha mil vezes mais o salário médio americano, mas logicamente não compra mil vezes mais que o assalariado médio do país. Não importa o quanto ele ganhe, um rico nunca poderá manter a economia forte – mas a classe média sim. Alguns vão dizer que hoje não dá para fazer o que Henry Ford fez, mas Nick HANAUER (2014) fez uma proposta de salário mínimo de US\$ 15 dólares diários. A Forbes, que é comumente admiradora de HANAUER (2014), chama sua proposta de louca. Ele havia publicado texto na Bloomberg a este respeito, e em 2014 Ed Murray, prefeito de Seattle, aumentou o salário mínimo da cidade para US\$ 15/ hora (o dobro do valor federal, de US\$ 7,25). É que lembraram que a classe média é a fonte de

¹⁰ O empresário em questão ressalta empolgadamente as inovações aplicadas por Henry Ford na administração, porém há os não-ditos acerca do citado empreendedor, alguns dos quais destacaremos. Como, por exemplo, o fato dele estar “sempre apavorado com qualquer manifestação operária e socialista e [ser] obsessivamente anti-semita”. Este empresário também fora precursor do serviço de vigilância particular nos Estados Unidos, que depois se espalhou pelo mundo, bem como também estivera envolvido com milícias patronais. Em ambos os casos os serviços se notabilizaram pela truculência contra os trabalhadores. Ver, a respeito, Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta, pág. 59.

prosperidade e crescimento das economias capitalistas. Trabalhador com mais dinheiro é comércio mais rico, que por sua vez emprega mais. Pagar salário digno livra o empregador do peso de pagar por seguro-saúde, vale-refeição, e outros benefícios sociais, sem falar que trabalhadores mal pagos são péssimos contribuintes. A conclusão é que aumentar salário mínimo para todos os negócios traz para todos benefícios e condições para competir.¹¹ O executivo enfatiza a lei do capitalismo de acordo com a qual trabalhador com mais dinheiro significa comércio com mais clientes. Os restaurantes devem pagar o suficiente para os empregados poderem comer em restaurante, e não há provas de que salários altos fazem a economia falir.

Se os ricos enriquecem, isso não vai ajudar a economia. Se os pobres enriquecem, isso sim, vai ajudar. HANAUER (2014) chama sua proposta de “Novo Capitalismo”. A partir do reconhecimento da força do capitalismo como projeto de sociedade, ele pede também que se reconheça que quanto mais pessoas forem incluídas como clientes e como empreendedores, melhor. Isto vai melhorar os gastos do governo e não atrapalhará os programas de assistência social, para que seja garantido que os empregados ganhem o suficiente para não precisarem deles.

HANAUER (2014) propõe uma economia mais justa, inclusiva, competitiva e com capacidade de gerar soluções – que é a força motriz para o crescimento e a prosperidade. “O capitalismo é a melhor tecnologia social já inventada de criar prosperidade” (HANAUER, 2014). Contudo, hoje a economia tende ao colapso, à desigualdade, à concentração. A função das democracias é de incluir o máximo para gerar prosperidade. Não de permitir acumulação pela elite, porque equilibrar poder não é ruim para o capitalismo, mas essencial para ele (HANAUER, 2014). Programas como licença remunerada, licença médica, tributação e P&D são essenciais para impelir o crescimento, mas capitalistas lúcidos são poucos. Quando se defende políticas como incentivos fiscais a mensagem que se passa é a de que só importa o ganho do gerador de emprego, mas reconheçamos que o empregado importa, sim (HANAUER, 2014). Estaria HANAUER mais à esquerda que certas figuras da esquerda?

2. Neoliberalismo

Fenômenos como a crise financeira de 2007-2008, a fuga de riquezas (da qual os Panama Papers são uma amostra), o colapso da saúde e da educação públicas, a ofensiva do capital na retirada de concessões políticas e econômicas dos trabalhadores – têm em comum papel central do neoliberalismo. No caso da crise

¹¹ Há quem diga: “Aumentar custo do emprego vai fazer com que haja menos emprego” – ao que HANAUER (2014) responde um retumbante “Não!” Ele tem provas do contrário. Para ele aumentar o preço do emprego é um salário de CEO nos EUA aumentar de trinta para cinquenta vezes o valor do salário mínimo desde 1980. Isso, sim, é aumentar o preço do desemprego. Terceirizar, automatizar, transferir para a China: são exemplos do que nunca ocorreu com o trabalho de CEOs. Não, pelo contrário: empregamos, assim como série de profissionais de finanças, TI, etc., portanto, é claramente possível aumentar o preço do emprego. O salário mínimo de US\$ 15/ hora é visto como loucura - mas HANAUER (2014) enfatiza que não. Na verdade, é a política lógica e sensata. Ele compara os salários mínimos por hora: dos EUA: US\$ 7,25; do estado de Washington: US\$ 9,25; da cidade de Seattle: US\$ 15,00. Se a lógica das migalhas fosse verdadeira, o desemprego no estado de Washington seria gigante. Entretanto, Seattle é a cidade que mais cresce no país, paga mais impostos e gera mais empregos.

financeira, impulsionada, sobretudo pelo declínio econômico dos EUA, abriu certo horizonte de derrocada do neoliberalismo, ocasião em que mercado se mostrou insuficiente enquanto agente regulador das relações econômicas e o Estado/Governo interveio maciçamente para aliviar a recessão. No momento atual do capitalismo, ele ganha nova força, especialmente no Brasil, com aprovação da PEC 55, e com as reformas previdenciária e trabalhista, medidas de austeridade fiscal e econômica que afrontam a saúde, a educação e os direitos sociais dos trabalhadores.

O neoliberalismo, expressão ideológica das grandes corporações transnacionais, entende o “salve-se quem puder” como característica definidora das relações sociais, e reduz as escolhas a situações de compra e venda, pois é uma prática que teoricamente recompensa o mérito e pune a ineficiência. O “mercado”, na concepção neoliberal, é o melhor quadro de regulação e, por isso, é aquele que entrega benefícios. Desse modo, as tentativas de limitar o predadorismo são vistas como inimigas da liberdade, como por exemplo, regular impostos, organizar o trabalho e combater a desigualdade. Outro efeito prático do neoliberalismo se materializou na imposição de limites à atuação econômica e política dos governos, especialmente os de esquerda, imposição que levou as ações governamentais a atenderem interesses das empresas.

Cunhado pelos exilados austríacos Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, o termo neoliberalismo surge pela primeira vez em Paris em 1938. Os ricos se apropriaram desta filosofia e a de VON MISES (2012) e viram nelas a oportunidade de se libertarem da regulação e dos impostos. Dando continuidade ao processo, em 1947 Hayek fundaria aquilo que espalharia o neoliberalismo: a Sociedade Mont Pélérin, sustentada por milionários. JONES (2012) aponta a existência de um tipo de “Internacional Neoliberal” composta de acadêmicos, homens de negócios, jornalistas e ativistas.

Contudo o neoliberalismo passou por mudanças intensas. Se antes a visão de Hayek postulava que os governos deveriam regular a competição para prevenir a formação de monopólios, logo tal visão deu lugar à dos seus seguidores americanos, como Milton Friedman, para quem o poder do monopólio poderia ser visto como recompensa pela eficiência. Em 1951 Friedman finalmente se descreve como neoliberal – mas o termo começa a desaparecer, sendo negado até por seus fundadores.

Na década de 1970 as políticas keynesianas começaram a desmoronar quando as crises econômicas atacaram, e o neoliberalismo começou a entrar no *mainstream*, no pensamento dominante. Jimmy Carter nos EUA e Jim Callaghan no Reino Unido adotaram medidas nesta linha, sem falar da prática de Reagan e Thatcher na década de 1980. No Reino Unido Thatcher foi responsável por cortes massivos nos impostos para os ricos, esmagamento dos sindicatos, desregulação, privatização, terceirização e competição nos serviços públicos. FMI, Banco Mundial, o Tratado de Maastrich e a OMC, instituições das grandes corporações capitalistas, foram determinantes na imposição das razões econômicas, sociais e políticas neoliberais, sempre justificadas pelo slogan “Não há outra alternativa”. JONES (2012) descreve tal concepção como uma utopia plenamente realizada.

Quando visitou o Chile de Pinochet, Hayek disse: “Minha preferência pessoal se inclina mais para uma ditadura liberal do que para um governo democrático afastado do liberalismo”. Numa síntese, as aspirações liberais do carniceiro de Chicago concebia nos mesmos quadros autoritarismo liberal e liberalismo autoritário. Trata-se da liberdade de reprimir salários, superexplorar trabalhadores, inclusive colocando-os em perigo, cobrar taxas de juros iníquas, projetar instrumentos financeiros exóticos e fugir dos impostos, privatizar serviços públicos remanescentes, esburacar a rede de proteção social, desregular corporações e re-regulamentar cidadãos.¹².

3. As facetas da desigualdade

No Brasil a desigualdade é o resultado da convergência de várias políticas, o que garante ao país a medalha de ouro em concentração de renda no mundo. Na contramão da tendência mundial de aumentar impostos para estratos sociais mais altos, a transferência de renda para os ricos é crescente no Brasil. Segundo o economista Rodrigo Octávio Orair, pesquisador do Ipea e do International Policy Center for Inclusive Growth da ONU, três condições fazem do Brasil um paraíso dos ricos e super-ricos:

- 1) Taxa de juros sem paralelo no resto do mundo, garantia de alta rentabilidade para o capital;
- 2) Isenção tributária de lucros e dividendos, instituída em 1995 no governo FHC;
- 3) Alíquotas de impostos muito baixas para aplicações financeiras, de 15% a 20%, quando os assalariados pagam até 27,5%.

Pesquisa sua com Sérgio Wulff Gobetti, também do Ipea, mostra que o meio milésimo mais rico do Brasil, composto de 71 mil pessoas, apropria-se de 8,5% de toda a renda nacional das famílias. Na Colômbia a proporção é 5,4% e nas economias desenvolvidas fica abaixo de 2%. Há, por isso, movimento mundial para reduzir a desigualdade econômica. De 2008 para cá 21 dos 34 países da OCDE têm aumentado tributação dos mais ricos, mas o Brasil é um dos poucos lugares onde não se toca no tema.¹³

Muito precisa ser feito para reduzir a desigualdade no Brasil, mas desde 2003 ações concretas de combate à fome e pobreza foram tomadas. Como apontado por relatório da OCDE, o Brasil se consolidou como exemplo de combate à desigualdade. Na maioria dos países da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (da qual o Brasil não é parte), a desigualdade atingiu níveis recordes¹⁴. Segundo

¹² WRIGHT MILLS (1969), por sua vez, dedica-se à questão dos valores do liberalismo, identificando um processo de dissolução da liberdade e morte da criatividade. A formação de profissionais especializados, burocratizados, com a mentalidade do vendedor e do *marketing*, mostra o quanto a liberdade não passa de um fetiche que não pode ser observado na prática. Enquanto isso o anonimato do neoliberalismo está ferozmente guardado.

¹³ “A transferência de renda e seus mecanismos quase sempre são camuflados por justificativas técnicas, supostamente neutras” (DRUMMOND, 2016: 40). Segundo o website PLUS 55 (2016), o Brasil está entre as dez maiores economias do mundo. É o lar de 170.000 milionários, ao mesmo tempo que dez milhões sobrevivem com menos de US\$ 30 ao mês.

¹⁴ A OCDE tem consciência sobre os efeitos negativos da desigualdade. Para Ángel Gurría, Secretário-Geral da Organização, ela enfraquece o tecido social e compromete o crescimento econômico dos países. Entre 1985 e 2005, em 19 países da Organização, a desigualdade prejudicou o crescimento econômico em 4,7%. Frente a esta realidade a OCDE recomenda promover igualdade de gênero no trabalho, ampliar oferta de empregos mais estáveis e estimular investimentos em educação/ formação contínua por toda

relatório da Organização chamado *In it together – why less inequality benefits all* lançado em Paris em 21 de maio de 2015, os exemplos mais flagrantes são os países emergentes. Entretanto, na contramão da tendência, o Brasil é citado como exemplo de redução de desigualdade de renda.¹⁵ A América Latina, e nela em especial o Brasil, é elogiada por conta das evidências na redução de desigualdade no Brasil desde os anos de 1990, e os programas sociais de redução de desigualdade tiveram papel central nisso. No Brasil o Bolsa Família, no México o Prospera, e na Argentina o Jefes y Jefas de Hogar Desocupados são exemplos de ações sociais e de emprego, focalizadas em alvos específicos (RADIO FRANCE INTERNATIONAL, 2015).

De 1990 a 2015 o Brasil conseguiu reduzir a mortalidade infantil em 20% acima da média mundial – fato destacado pela revista inglesa *The Lancet*. Enquanto a média global de redução da mortalidade infantil foi de 53% para o período, o índice brasileiro de redução da mortalidade infantil foi de 73%. Estes dados são da ONU, que atribui os avanços a conjunto de políticas públicas, acesso a vacinação e diminuição da pobreza – por meio do Bolsa Família (JORNAL PONTO FINAL, 2015).

No Brasil a discussão sobre a desigualdade resvala em outra discussão de relevância, que é sobre a fome. Neste campo há o inegável legado de Josué de CASTRO (1984) sobre segurança alimentar e nutricional. Aliás, o Brasil tem tradição nesta questão pela influência do setor-saúde e por ter em si a mais variada gama de ecossistemas e problemas de desigualdade – podendo, desta forma, ser entendido como um micro-retrato do mundo. Josué de Castro (Recife, 1908 – Paris, 1973) – médico e sociólogo estudioso da questão da fome, três vezes indicado para o Prêmio Nobel, em sua maior obra, *Geografia da Fome* (CASTRO, 1984), denunciou a fome como má distribuição da riqueza – e não escassez.¹⁶

Desde o governo Lula medidas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a agricultura familiar, o Brasil Sem Miséria, o Programa Fome Zero, o Banco de Alimentos – sem falar em outras políticas redistributivas como Bolsa Família, Mais Médicos, PRONATEC, PROUNI, ampliação de vagas, etc. – contribuíram para a redução da desigualdade. Dados divulgados no filme *Muito Além do Peso* mostram que 33,5% das crianças têm sobrepeso no Brasil. Se antes os pediatras tinham que lidar com doenças da fome, hoje têm que lidar com males da obesidade. Considerando que alimentos menos saudáveis são opções mais

a vida. Além disso, impostos são meio apontado pela OCDE para reparar desequilíbrio. As políticas públicas devem garantir que os mais ricos/as multinacionais paguem a maior parte dos encargos fiscais.

¹⁵ Como destacado pela RADIO FRANCE INTERNATIONAL (2015), Ángel Gurría, Secretário-Geral da OCDE, baseado no relatório, mostra que nos 34 países da OCDE, 10% dos mais ricos têm renda 9,6 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Na década de 1980 era 7,1 vezes, e na década de 2000 era 9,1 vezes. As desigualdades mais flagrantes são sobre patrimônio, e para o Secretário a desigualdade não só enfraquece o tecido social, como também compromete o crescimento econômico dos países. Entre 1985 e 2005, em 19 países da OCDE, a desigualdade prejudicou o crescimento econômico em 4,7%. Os países da OCDE de mais desigualdade são Chile, México, Turquia e os EUA. Já os de menos desigualdade são Dinamarca, Eslovênia, Eslováquia e Noruega. Frente a este problema a OCDE recomenda promover igualdade de gênero no trabalho, ampliar oferta de empregos mais estáveis e estimular investimentos em educação/ formação contínua por toda a vida. Além disso os impostos são também um dos meios apontados pela OCDE para reparar desequilíbrio, cabendo aos mais ricos e às multinacionais pagar a maior parte dos encargos fiscais.

¹⁶ Este autor influenciou o conceito de SAN – Segurança Alimentar e Nutricional – que hoje tem influência na FAO, da qual José Graziano foi o outro diretor-geral brasileiro (o primeiro havia sido Josué de Castro). Aliás, o Brasil tem papel proeminente na questão de SAN.

baratas e com grande marketing e logística de distribuição, CASTRO (1984) vai direto ao ponto ao definir que a obesidade é o outro lado da fome.

É inegável que nos últimos anos houve avanço no enfrentamento da fome no Brasil. Dados da PNAD de 2004 mostravam que 72 milhões de pessoas, ou 39,8% de pessoas de domicílios particulares, conviviam com algum grau de insegurança alimentar. E entre aqueles em situação de insegurança alimentar, 39,5 milhões eram de insegurança moderada (14,1%) e 14 milhões eram de insegurança grave (7,7%). Insegurança alimentar grave, ou fome, tem que ter ocorrido “quase todos os dias”, “em alguns dias”, “em um ou dois dias” dos três meses que precediam a entrevista. Tiveram prevalência maior em domicílios com rendimento per capita de até um salário mínimo. Insegurança alimentar relaciona-se, assim, a renda domiciliar mensal per capita. Esta renda, por sua vez, relaciona-se a desigualdades econômico-sociais (IPEA, 2010).¹⁷

A extrema pobreza teve drástica redução neste período de 20 anos. Enquanto em 1992 era de 13,57%, em 2002 atingiu a marca de 9,7% e 3,56% em 2012. Contudo, a curva descendente mais acentuada deu-se com a pobreza. Ela estava em 31,3% em 1992, indo para 24,68% em 2002, e por fim foi para 8,5% em 2012. O gráfico abaixo mostra o crescimento da renda domiciliar per capita por quintil da sociedade brasileira entre 2001 e 2012. Cada quintil equivale a 20% da sociedade brasileira, sendo o 1º. quintil o mais pobre, e o 5º. o mais rico.

Conforme dados da PNAD, no período de 2001 a 2012 a renda do quinto mais pobre da sociedade brasileira cresceu 6,20%, e a renda do quinto mais rico, 2%. Ou seja, a renda dos mais pobres cresceu três vezes mais rápido que a dos mais ricos. A despeito de todos os avanços, as classes menos favorecidas continuam em maior dificuldade quando se trata de poder de compra. Segundo a POF 2008-2009 (Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009) a alimentação representava 16,1% da despesa da família brasileira. Em famílias de menor renda ia a 28,5%, e nas de maior renda a 11%. A inflação dos preços supera a inflação do Brasil (FAO, 2014). O feito brasileiro vai em tendência contrária à do mundo. Enquanto recentes relatórios da OCDE (RADIO FRANCE INTERNATIONAL, 2015) alertam para a crescente desigualdade no mundo em níveis alarmantes, o Brasil é citado como exemplo de redução de desigualdade de renda.

Entre 1995 e 2013 mais de 50% dos empregos criados nos países da OCDE caracterizaram-se por uma série de precariedades, inclusive com desigualdade de gênero e precariedade para os jovens. Como dito, os emergentes da Organização foram os mais desiguais, com destaque para o Chile, o México e a Turquia. Mesmo sem ser país em desenvolvimento, a desigualdade dos EUA é pronunciada. Dinamarca, Eslovênia, Eslováquia e Noruega, por sua vez, aparecem como países da OCDE com menor desigualdade (RADIO

¹⁷ De 2004 a 2009 a insegurança alimentar caiu em 25% (FAO, 2014), embora segundo a FETRAF-SUL (2014), no Brasil 3,4 milhões de pessoas (1,7% da população) tenham algum grau de insegurança alimentar. Visto que 5% é o limite para determinar se o país superou a fome, verifica-se que desde 2014 o país saiu do mapa da fome. Por isso a FAO parabenizou o governo brasileiro por passos institucionais e marcos legais que possibilitaram este avanço.

FRANCE INTERNATIONAL, 2015). Entre os emergentes a desigualdade normalmente fica acima da média dos países da OCDE. Amplamente usado para avaliar desigualdade, o coeficiente de Gini consiste num valor entre zero e um, e quanto mais próximo de 0,1, mais desigual o país é. Enquanto a média dos países da OCDE é de 0,32 (a despeito de suas desigualdades internas), no Brasil o coeficiente é 0,55. Um país como a África do Sul, por exemplo, apresenta 0,70. Há evidências de redução de desigualdade desde os anos de 1990 na América Latina, especialmente no Brasil. Segundo a FAO (2014) nesse país o coeficiente de Gini é o mais baixo dos últimos 50 anos, destacando-se também que de 2003 a 2009 a redução da pobreza foi de quase 50%. Segundo dados da PNAD, houve queda substantiva do Índice de Gini entre 2001 e 2012. Se em 2001 ele era de 0,558, em 2012 chegou a 0,50.

Em 2003 o Bolsa Família, que servira de modelo para seus contrapartes do México e da Argentina, havia de constituído em programa de transferência condicionada de renda. Sob as condições de as crianças da família estarem na escola e serem acompanhadas nos serviços de saúde, houve transferência de recursos preferencialmente à mãe para mais de 13,8 milhões de famílias de baixa renda. De 2003 a 2013 o investimento do Programa triplicou, estando em 2013 na faixa de R\$ 25 bilhões. Investindo só 0,8% do PIB, o Bolsa Família consegue contemplar 50 milhões de pessoas (1/4 dos brasileiros), mas mesmo assim o Programa enfrenta resistências por injustificado ódio de classe quer tem como alvo os beneficiários (OLIVEIRA, 2015).¹⁸. Segundo dados da FAO, a taxa de pobreza era de 24,3% em 2001 e caiu para 8,4% em 2012. No que toca à extrema pobreza, 14% de pessoas viviam em situação de penúria em 2001; em 2012, a taxa era de 3,5%.¹⁹

¹⁸ A FAO (2014) mostra as repercussões que a redução da desigualdade tem tido no estado de saúde da população brasileira. Há tendência de transição no estado nutricional da população, com redução da prevalência da desnutrição (redução do déficit de altura e peso) e aumento do sobrepeso/ obesidade. A prevalência do excesso de peso é alta em todas as faixas de renda, mas aumenta no grupo de maior renda. De fato, conforme visto, as populações de menor renda convivem tanto com desnutrição quanto com excesso de peso. Apenas entre beneficiários do Bolsa Família (2012), metade das mulheres e 18,8% dos adolescentes tinham excesso de peso. A partir dos 05 anos de idade aumenta o excesso de peso (2008-2009), e a desnutrição crônica, por sua vez, caiu pela metade de 1989 a 2008/2009, o que é visível pela redução no déficit de altura. A desnutrição crônica (caracterizada pela baixa-estatura-para-idade) foi de 13,4% (em 1996) a 6,7% (em 2006), sendo a maior redução na baixa renda. Dados da FAO (2014a) mostram que a desnutrição passou de 10,7% (em 2000-2002) a menos de 5% (em 2004-2006). A desnutrição crônica (altura abaixo do esperado para a idade) em crianças abaixo de cinco anos afeta mais do que a desnutrição aguda. No país a prevalência caiu de 13,4% (em 1996) para 6,7% (em 2006) – praticamente a metade. Entre o quintil mais rico, em 1996 a percentagem era de 5,3, mas em 2006 caiu para 3,9. Também neste caso a maior mudança se fez sentir nos 20% mais pobres. Nesta faixa a prevalência era de 30,1% em 1996, e em 2006 era de 9,9%. O aumento da prevalência do aleitamento materno contribuiu para a redução da desnutrição, mas apesar dos avanços, o aleitamento precisa ser reforçado, pois ainda há muito leite não-materno e baixo consumo de frutas. Outro indicador vem melhorando nos últimos 10 anos é a taxa de mortalidade infantil, evidenciando mais acesso a serviços de saúde e alimentação adequada. Ela caiu em todo o país, mas no Nordeste a redução foi mais acentuada, em 6,6% ao ano (FAO, 2014). De qualquer forma, o Brasil conseguiu reduzir a mortalidade infantil em 20% acima da média mundial. Dados da ONU comparam índices de 1990 aos de 2015. Enquanto a média global de redução da mortalidade infantil foi de 53%, o índice brasileiro de redução da mortalidade infantil foi de 73% (isto é, 20% a mais). Segundo a ONU, os avanços são decorrentes de conjunto de políticas públicas, tais como acesso a vacinação e diminuição da pobreza por meio do Bolsa Família (JORNAL PONTO FINAL, 2015). É inegável a redução da desnutrição aguda (peso abaixo do esperado para idade) em crianças menores de cinco anos do Brasil. Se em 1996 a percentagem do país era de 4,2, dez anos depois ela chegou a 1,8. Nos 20% mais ricos do país foi-se de 1,6% a 1,2%. Entretanto, no quintil mais pobre da população as mudanças se fizeram sentir mais acentuadamente. Enquanto em 1996 esse tipo de desnutrição afetava 9,2% das crianças, em 2006 a percentagem de crianças atingidas caiu a 3,7.

¹⁹ O consumo das famílias representou 60% do PIB nos últimos anos, além de ter sido alvo dos principais esforços anticíclicos na crise de 2009. A dinâmica do consumo não só é indispensável para a análise da qualidade de vida e estudos sobre pobreza, mas também fundamental para se entender alterações percebidas na economia em momentos de *boom* e em crises. Em todas as faixas de renda

Os maiores avanços se fazem sentir nas rendas mais baixas. Desde 2011 foram 22,1 milhões de brasileiros que deixaram a extrema pobreza. Programas de fortalecimento da agricultura familiar foram fundamentais para o Fome Zero. No ramo de atividade a renda média cresceu 52% de 2003 a 2011, porém persistiram diferenças regionais. Observa-se maior desigualdade no Centro-Oeste, e menor desigualdade no Sul (FAO, 2014).

As desigualdades raciais devem também ser destacadas. O rendimento per capita de domicílios de pessoa de cor branca é duas vezes maior do que os de pretos e pardos. Segundo o MDS (2015), entre as famílias beneficiárias do Bolsa Família, 10,3 milhões dos responsáveis são negros (75% do total). Com o Plano Brasil sem Miséria, mais de 332 mil beneficiários negros do Bolsa Família se formalizaram como MEI (microempreendedores individuais) – compondo 63% do total, e 78% das operações de microcrédito produtivo do Programa Crescer foram realizadas por negros.

Dados do MDS revelam que houve significativa redução das taxas de pobreza e de extrema pobreza no que toca à população negra, de 2002 a 2014. A pobreza reduziu de 12,7% para 3,6%, mas a maior redução foi na extrema pobreza. Ela foi de 34% em 2002 a 9,9% em 2014 (MDS, 2015). São 166,3 mil famílias chefiadas por negros recebendo apoio para ampliar a produção e melhorar renda.

4. As classes sociais

Sem dúvida a última década, a chamada década inclusiva, trouxe inúmeras mudanças sociais, e conseqüentemente discussões acerca destas mudanças. Embora não tenha havido mudanças na estrutura de classes, muito se discutiu a respeito do surgimento de uma nova classe média. E, numa perspectiva que pouco tem sido adotada, lançamos olhar para o surgimento de novas elites, sobretudo no que tange à renovação interna das classes dominantes, favorecendo sobremaneira a manutenção da coesão social.

De maneira geral, a ascensão do Partido dos Trabalhadores — PT ao poder central promoveu novas forças sociais no que contribuiu para a constituição de uma nova elite capaz não só de competir com as elites tradicionais, mas também serviu para revitalizar as classes dominantes. Com ascensão da tecnocracia petista ao governo federal, confirma que a democracia capitalista consiste num regime onde as elites são renováveis, inclusive, com elementos populares, e isto ficou evidente no momento em que proporcionou a um ex-operário chegar à presidência da república. Sob este ponto de vista, se ratificou a conversão de membros de uma “elite da classe explorada em elite da classe exploradora”, ocasião em que o PT passou a

aumentou o consumo de produtos industriais, especialmente duráveis. Nas duas primeiras faixas houve queda no consumo de alimentos e aumentou o aluguel. Diminuiu a proporção de domicílios de baixa renda e aumentou a participação destes no consumo total – pois a relação gasto-renda dessas famílias subiu consideravelmente. Na faixa de renda mais pobre, por exemplo, dobrou. O crédito teve papel fundamental na sustentação do consumo das famílias de baixa renda, e na POF o consumo fica mais abaixo do que no Sistema de Contas Nacional (CARVALHO et al. 2016)

gerir o capitalismo no Brasil.²⁰ Ainda sob o contexto da democracia liberal também houve renovação da chamada elite empresarial, como veremos mais adiante, mas não se pode dizer que surgiu uma nova classe média. Nesse contexto, com a redução das desigualdades na última década, nos últimos anos muito se falou em “nova classe média brasileira”, o que gerou polêmica e oposição.²¹

SALATA (2016), que é sociólogo, quer saber como os próprios indivíduos percebem a sua situação socioeconômica. Identificam-se com classe média ou não? Consumo, renda, classe social, identidades, representações, valores e percepções compõem o complexo quadro desse grupo de renda heterogêneo e pouco conhecido. NERI (2008) da FGV, por sua vez, que representa a perspectiva econômica, já havia feito um trabalho segundo o qual o Brasil, pela emergência, havia se tornado majoritariamente de classe média. De 2002 a 2008 milhares de indivíduos tiveram aumento de rendimento, portanto, de consumo. Atingiram níveis de rendimento intermediários, sendo para o autor definidos como classe média “no sentido estatístico”.

SALATA (2016) discorda de NERI (2008), alegando que na verdade trata-se da “Classe C”, agora com poder de compra ampliado. Além dele, SOUZA (2010), SOBRINHO (2011) e POCHMANN (2012) também criticam a ideia do pesquisador da FGV, para isso valendo-se da sociologia. Uma destacada diferença entre esta camada e a classe média é “categoria ocupacional”, sem falar da formação. A tal camada consegue ascensão social, mas não há perspectiva que não seja a de classe trabalhadora. Assim, na realidade em nenhum aspecto os emergentes se encaixam em critérios de classe média. Tal como nas economias desenvolvidas, o Brasil repete a possibilidade de ascensão das classes trabalhadoras – com administração até então distante do mundo neoliberal. Houve, sim, divisão de riqueza, mas isto não quer dizer que estas pessoas sejam classe média.

A perspectiva mercantil de NERI (2008) considera rendimento e uso de serviços privados (como de saúde e educação), mas o discurso de colocar os emergentes na classe média distancia o trabalhador do pertencimento da própria classe. Já a pesquisa de SALATA (2016) procura identificar identidade de classe, o que não pode ser capturado só com dados de rendimento. Para isto entrevistou pessoas do grupo emergente, constatando por fim que nem mesmo elas se veem como classe média.²² Tal questão será aprofundada adiante, mas pode-se afirmar que certos privilégios prévios são essenciais para caracterizar “classe média”.

²⁰ Acerca da absorção da burocracia petista em uma nova elite, momento em que ela passa a exercer o controle do Estado e se converte em *elite da classe exploradora*, consultar a perspectiva de análise proposta por João Bernardo no Capítulo 3 – Elites e economia – p.384-411, da Parte 2 da obra *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*.

²¹ Isto se deu em diferentes perspectivas: a sociológica (mais estrutural); a econômica, mercantil (focada em rendimentos).

²² Algumas variáveis são essenciais para caracterizar classe media, como por exemplo: escolaridade de mais de 12 anos; educação superior; plano de saúde privado; frequência aos ambientes de cultura (teatro, cinema etc.); algum tipo de especialização; formação para trabalho intelectual (não manual).

Jessé Souza (apud MARINGONI, 2016) também destaca as questões simbólicas e culturais que estão em jogo. O pertencimento familiar tem papel fundamental no sucesso ou não na escola. Há também que perguntar se a criança é estimulada para a fantasia ou para o trabalho precoce. De qualquer forma, para SALATA (2016) a Classe C sofre dupla rejeição: não se vê como classe média e não é incorporada como classe média.²³

Se não se pode dizer que surgiu uma nova classe média, por outro lado o fenômeno de uma nova elite comercial, notadamente empreendedora, é visível. Como apontado em recente estudo pelo Instituto Locomotiva (apud BELO e LIMA, 2016), pelo menos metade da população mais rica dos brasileiros não ostenta nomes quatrocentões, educação internacional, dinastias empresariais, não fala inglês tampouco viaja para o exterior. São pessoas que se criaram com o chamado “umbigo no balcão”, galgando degraus de escala social através de pequeno comércio. Trata-se de fortunas recentes, oriundas do empreendedorismo da última década. Sem os códigos sociais e comportamentais de elite “de nascença”, cerca de 7,5 milhões de brasileiros maiores de 24 anos ingressaram no grupo dos 25% mais ricos (classes A e B) desde 2006. Foram movidos pelo aumento do consumo, pelo crescimento econômico do estrato social médio (classe C) e seu consequente impulso consumidor. Enquanto o emprego formal estimulou a classe média, o empreendedorismo fez crescer as classes mais altas. Oriundos do empreendedorismo, 50,3% das classes A e B são os chamados “novos ricos”. Juntas, as rendas per capita mensais das duas classes superam R\$ 11,6 mil. De 2006 a 2016 as duas classes cresceram 11%, passando de 14% a 25% da população brasileira.²⁴

²³ Jessé Souza, ex-presidente do Ipea desfaz o mito da existência de uma “nova classe média” brasileira. O que há na realidade é a velha classe trabalhadora, mas que agora teve maior acesso ao consumo. O pesquisador divide esses grupos em ralé e batalhadores, ressaltando que a desigualdade não é só um fenômeno econômico: há questões simbólicas e culturais em jogo. Elas também são abordadas por BOURDIEU (1981; 2007; 2013) e GLADWELL (2008). Nos últimos anos, nos países emergentes, o que está em jogo é a construção de nova classe trabalhadora precária. Ocorre em todos os países de grande contingente populacional (Brasil, China, Turquia, Tailândia, Índia): são pessoas dispostas a fazer quase tudo por muito pouco. Os pobres com mais acesso a consumo não são classe média: não dá para desconsiderar os privilégios de nascimento. A meritocracia é uma farsa, e o pertencimento familiar tem papel fundamental no sucesso ou não na escola. A criança é estimulada para a fantasia ou para o trabalho precoce? Souza chama a atenção para a violência simbólica construída (MARINGONI, 2016).

²⁴ Somando-se os consumos dos novos e dos antigos integrantes dos 25% mais ricos, em 2015 chegou-se a R\$ 2,3 trilhões. Isto é, o maior mercado consumidor do país em volume de dinheiro. A classe C (maior grupo social do Brasil, compondo 54% da população) consumiu o equivalente a R\$ 1,5 trilhão em 2015. O Instituto de Pesquisa Locomotiva realizou estudo com base em 1.590 entrevistas de junho de 2016 – além da decupagem de dados da PNAD e do IBGE, concluindo que, no caso destas novas elites, “bolso não explica mais a cabeça”. Como foi que as classes A e B cresceram por conta do empreendedorismo (padarias, mercadinhos, dentre outros) após a década de 2000? Foi justamente porque se democratizou o consumo que se formou a nova classe empresarial. A nova elite tem bolso de classe A e cabeça de classe C: só 34% deles têm curso superior, dois terços não ingressaram na universidade, 73% estudaram só em escola pública, 48% jamais andou de avião (algo que é mais acessível à classe C agora) e 20% jamais fizeram viagens internacionais. Com isso o Instituto Locomotiva mostra que o capital financeiro não dialoga necessariamente com o capital cultural (BELO e LIMA, 2016). A elite é hoje menos homogênea do que era: 50% dos mais ricos são de primeira geração, porém as empresas continuam trabalhando como se os 25% mais ricos pensassem uniformemente, dedicando-lhes produtos em inglês, agindo na tendência do piloto automático, presumindo que o outro é igual. Há outros dados que diferenciam as novas elites das tradicionais: 60% dos entrevistados pelo Instituto Locomotiva já compraram “fiado” ou tomaram cartão de crédito alheio emprestado, 50% deles nunca fez operação bancária na internet – mesmo que seus rendimentos os colocassem na categoria “premium”, e 63% utilizaram transporte público no mês anterior, o que mostra que é um valor (não significa que não tenham carro) também presente na periferia e no interior. Agora, com economia mais desafiadora, tudo indica que a migração de classe será mais lenta. No entanto, é pouco provável que haja retrocesso no número de novos ricos, como tem ocorrido com a classe C.

Desta forma, enquanto pode-se mencionar o surgimento duma nova elite empresarial, o mesmo não se pode dizer quanto à ascensão de uma nova classe média.²⁵ Por outro lado, como mencionado anteriormente, a ascensão do PT ao poder federal significou na prática um processo de renovação das elites, momento do capitalismo no Brasil em que as *classes dominantes brasileiras foram rejuvenescidas com elementos populares*. Nessa perspectiva, setores mais avançados do capitalismo²⁶, com os quais a cúpula petista estava alinhada²⁷, teriam entendido a necessidade de *renovação política das elites* se aproveitando para isto do projeto petista de ampliação e modernização do capitalismo no Brasil?^{28 29}

Assim considerando, o papel no PT na história do capitalismo no Brasil não resulta em traição da classe trabalhadora, como alguns querem crer, inclusive certa esquerda, mas resultado da pressão da sociedade capitalista sobre o movimento dos trabalhadores. Pois está na essência do capitalismo assimilar as formas de organização que se opõem a ele, convertendo-as no seu contrário. Em suma, é a luta de classes, pois nas lutas sociais, os capitalistas não são apenas exploradores econômicos, mas, sobretudo, estrategistas em desorganizar os trabalhadores, por isso buscam enfraquecê-los tanto no campo social quanto no econômico, minando qualquer espaço onde se possa reproduzir e amplificar os elos de solidariedade entre trabalhadores. Desta maneira, a alteração da substância duma instituição, preservando-lhe a aparência, é a expressão mais acabada de triunfo do capitalismo.

A história de toda a sociedade é a história da luta de classes, como estabelecido por MARX e ENGELS (2003). Sempre houve o combate entre opressor e oprimido, em todos os modos de produção, e o que distingue opressores de oprimidos é a posse dos meios de produção. A burguesia moderna é produto de longo curso de desenvolvimento, revoluções nos modos de produção e troca. Classe oprimida pela nobreza feudal, administra a própria comuna – até conquistar a soberania política do Estado representativo moderno. E o governo de Estado converte-se então em comitê para gerir negócios comuns da burguesia. A burguesia, por sua vez, compõe-se dos detentores dos meios de produção. Capitalistas modernos, empregam trabalho assalariado, ao passo que o proletariado consiste nos assalariados modernos que não têm meios de produção, sendo, portanto, obrigados a vender força de trabalho.

²⁵ Ainda que, comparando as porcentagens de classes sociais de 2006 a 2016, dados da PNAD/ IBGE compilados pelo Instituto Locomotiva (apud BELO e LIMA, 2016), percebe-se que houve crescimento da classe média. Contudo, é necessário ter cautela e não inferir que classe C alçada a um melhor nível de consumo se constitua em nova classe média.

²⁶ No caso das empresas transnacionalizadas na gestão do PT, como Embraer, Vale, Braskem, Grupo Votorantim.

²⁷ A este respeito, ver as três séries de artigos de Pablo Polese intituladas *Tempestade perfeita? A oposição de direita e os desafios para a extrema esquerda*. <http://www.passapalavra.info/2015/07/105243>; <http://www.passapalavra.info/2015/07/105331>; <http://www.passapalavra.info/2015/07/105432>.

²⁸ Talvez estejamos diante de um dos motivos que tenham levado ao golpe que derrubou o PT, qual seja, que seu projeto de capitalismo também tinha como objetivo renovar e/ou até ultrapassar as elites convencionais, sem o qual não teria condições de concorrer no jogo da democracia representativa. Nesse sentido teriam, então, as elites convencionais se rebelado com tal remodelação interna do capitalismo?

²⁹ Ainda acerca da renovação das elites no contexto do capitalismo no Brasil, bem como acerca do preço pago pelo PT para financiar a democracia representativa consultar artigo: *Abaixo a educação e 10% para a corrupção de João Bernardo*, publicado no site Passa Palavra: <http://www.passapalavra.info/2011/12/50056>

Historicamente a burguesia desempenhou papel revolucionário, destruindo relações feudais, patriarcais e idílicas por onde andou afogando êxtases sagrados do fervor religioso, e substituindo a exploração encoberta pelas ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, única, direta e brutal. Assalariou o médico, o jurista, o padre, o cientista, transformando relações familiares em relações monetárias. A burguesia é uma classe que só existe revolucionando meios e relações de produção. Com a necessidade de invadir o globo, expande mercados e dá caráter cosmopolita à produção e ao consumo dos países. A indústria nacional dá lugar à indústria de matérias-primas alóctones, com produtos comercializados no exterior. Criam-se novas necessidades e acaba a autossuficiência. Aumentam intercâmbio e interdependência universais, tanto no nível material quanto intelectual.

Ressaltam ainda MARX e ENGELS (2003), com o aprimoramento dos meios de produção a burguesia arrasta todas as nações para a “civilização”. Cria um mundo à sua imagem e semelhança e força as nações a adotarem o mundo burguês de produção. Além disso, subverte o campo à grande cidade, os “bárbaros” aos “civilizados”, os camponeses aos burgueses, e o Oriente ao Ocidente. Suprime a dispersão da população e dos meios de produção. Concentra a propriedade e o poder político em poucas mãos, resultando no Estado-Nação e a unificação da moeda. Além de gerar forças produtivas colossais e poderosas como nunca, gerou exploração geográfica, científica, superprodução, o controle do homem sobre a natureza - tudo para atender a seus fins. As relações foram transformadas: implantou-se a livre concorrência – mas com supremacia da burguesia. Crises e revoltas, coisas das quais ela própria fez uso no passado, devem ser controladas – desta forma assemelhando-se ao feiticeiro que perdeu controle sobre seus poderes.

Apesar da dicotomia, pode-se dizer que a burguesia produziu o proletariado. Este perdeu o caráter individual e virou massa. Pouco a pouco as classes médias caem dentro do proletariado. Neste processo, apesar de as classes médias inferiores lutarem contra a burguesia, não são de fato nada revolucionárias. Compõem-se de pequenos industriais, artesãos, camponeses – que lutam, na verdade, para garantir sua existência como parte da classe média.

Sobre história da riqueza há o clássico trabalho de Leo HUBERMAN (1981), que é centrado mais especificamente no Ocidente. De orientação marxista, ele explica a história por meio da teoria econômica, e a economia por meio da história – dando especial destaque à questão das classes sociais ao longo da história. No que tange à burguesia, o autor destaca momentos-chave da história, como a transferência de poder entre as classes sociais no fim da velha ordem no século XVIII. No processo, intensificam-se desemprego e exército industrial de reserva até os dias atuais.

A despeito do que possam dizer certas teorias liberais, não é “natural” encontrar pessoas ansiosas para entrar na fábrica. Uma pessoa só trabalha para outra se obrigada, por mais que se tente escamotear o fato. Ao mesmo tempo, justificativas culturais para a riqueza existem, como por exemplo, em crenças religiosas,

sobre as quais também escreveu Max Weber. Os donos da riqueza são educados na crença de que o céu era deles, coloca HUBERMAN (1981).

Como Marx, HUBERMAN (1981) também sustenta que o capitalismo se baseia na exploração do capital. A dominação moderna é um tipo menos óbvio de dominação. Enquanto é fácil ver que escravo e servo faziam mau negócio, com o operário, entretanto, não é tão fácil, afinal é livre. A justificativa é a de que pode não trabalhar se não quiser (!). A exploração no capitalismo é oculta, mascarada, e um dos objetivos que tem a teoria da mais-valia é tirar esta máscara. Os burgueses são donos de mercadoria peculiar: podem criar valor superior ao que encerram. Já o trabalhador se aluga e vende a força de trabalho. Numa jornada de trabalho de dez horas, se em seis horas o trabalhador já produziu o equivalente ao seu trabalho e manutenção, nas quatro restantes trabalha para o patrão (lucro, mais-valia). A mais-valia é, assim, a medida da exploração do trabalho no capitalismo.

Marx e Engels atribuem à burguesia seu lugar na história, ressaltando seu caráter contraditório. Na luta contra o feudalismo foi revolucionário: entre feudalismo e concorrência livre, posicionou-se de forma progressista. Tendo adquirido poder econômico e poder político, entretanto, muda a postura. É hoje conservadora e se escandaliza quando Marx diz querer abolir a propriedade privada. Entretanto, já a abole para a maioria da população. Além disso, HUBERMAN (1981) destaca as contradições das crises do capitalismo moderno. Se até o advento do capitalismo as crises se davam por fatores anormais – por exemplo, escassez por secas, inundações, etc., no capitalismo há crises sem acontecimentos anormais. Por exemplo, a superprodução de um bem leva à queda de seu preço.³⁰

Em sua obra clássica *O Capital*, MARX (1994) reconhece o trabalho como produção social. No capitalismo a produção produz mercadoria, mais valia, sendo considerado produtivo o trabalhador que produz para o capital, ou que produz mais-valia. Por exemplo, o professor é produtivo não só quando educa crianças, formando futuros trabalhadores, mas quando enriquece o dono da escola. Assim, o lucro pressupõe o controle de um homem sobre o outro. O autor também faz uma distinção entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia absoluta consiste no prolongamento da jornada e na apropriação do trabalho excedente por parte do capital. Tal forma de mais-valia está associada a formas menos sofisticadas de capitalismo. Já a mais-valia relativa é a apropriação do trabalho alheio, tornada possível pela sofisticação administrativa e tecnológica, que faz com que logo se reduza a jornada de trabalho necessária à existência do trabalhador e se potencialize a acumulação para os detentores dos meios de produção. Toda mais-valia é materialização de trabalho não-pago. RANIERI (2014) salienta a importância de Marx ao explicar o fetiche da

³⁰ Esta característica leva a que haja dois tipos de crise no século XX: do planejamento: por exemplo, a URSS não produzir o suficiente para o consumo; de livre-iniciativa: a destruição de produtos, como a de café no Brasil nos anos de 1930, e a crise de 1929. Como destacado por RANIERI (2014), a América Latina dos anos de 1990 vinha testemunhando a flexibilização do trabalho e a hipertrofia do capital financeiro. Como observado por MÉSZÁROS (2014), o capital não resolveu nunca nenhuma de suas contradições. Apenas as identifica e transfere para outro nível.

mercadoria, o divórcio entre trabalhador e o produto de seu trabalho (processo de alienação), e a separação entre trabalhador e força de trabalho – que por sua vez serve de fundamento para a teoria do valor. Por ensejar questões sobre a riqueza como produto social, e de elites como grupos que de alguma forma se apropriam deste produto, a discussão conceitual sobre burguesia se faz necessária.

Ainda no campo da luta de classes outra perspectiva teórica permite olhar o tabuleiro do desenvolvimento do capitalismo e nele acrescentar uma nova personagem – os gestores. Trata-se de uma camada social que se firmou entre as duas guerras mundiais e que, no plano econômico, não só salvou a burguesia da sua ruína naquele momento histórico e com ela estabeleceu certa convergência social, mas sobretudo evitou o colapso do capitalismo, porque foi capaz de remodelá-lo ao renovar as condições gerais de produção, direcionando-as para dinamizar o desenvolvimento da economia capitalista. Esta concepção deve-se ao livre pensador português João BERNARDO que a formulou em *Economia dos Conflitos Sociais*³¹ e a levou adiante em *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* e da qual destacamos uma passagem que muito elucida a respeito do papel desempenhado pelos gestores:

Nas democracias a convergência social entre a burguesia e os gestores, enquanto classes capazes de possuir, cada uma, uma estratégia própria, resultou no New Deal e no tipo de reorganização capitalista comumente identificado com as teorias de Keynes. Conservaram-se as instituições burguesas, pelo menos na sua forma aparente, mas por dentro foram remodeladas graças à iniciativa dos gestores. E, entretanto, os trabalhadores, que com as suas lutas pressionavam este processo e lhe apressavam o ritmo, eram alheados tanto dos centros de decisão política como das instâncias de direcção económica. O prosseguimento da acção dos gestores dentro do quadro das instituições burguesas e a forçada marginalização política dos trabalhadores caracterizaram esta estratégia como uma modalidade de manutenção da ordem. Num esquema: gestores + burguesia / proletariado. (BERNARDO, 2015: 339-340)³²

Nesse contexto, temos a burguesia, um tipo de proprietário capitalista, cujo enfoque de atuação está *em função de cada unidade econômica em seu microcosmo*; bem como temos a classe de gestores, cujo campo de atuação está *em função das unidades produtivas em relação ao processo global* e, por isso, tende a se apropriar coletivamente das condições de produção, por meio da sua gestão da atividade produtiva, situação que lhe possibilita desempenhar papel central na vida política e econômica, notadamente no que tange à administração de conflitos.³³ Desse modo, ampliam-se os horizontes analíticos quando se presta a atenção na importância de considerar outra camada social diferente das descritas pelos cânones do marxismo, e isso é fundamental para observar que no campo das lutas sociais, motor que constitui o desenvolvimento do capitalismo, a atuação de duas classes que se encontram *do mesmo lado na exploração dos trabalhadores*: burguesia e gestores.

³¹ Obra onde o autor desenvolve teoricamente a concepção de Estado Restrito (governos – federal, estadual, municipal) e Estado Amplo (empresas transnacionais).

³² João Bernardo (2015) *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*.

³³ A respeito, consultar também artigo de Manolo: Estado amplo: duas concepções, duas estratégias, publicado em <http://passapalavra.info/2016/11/109868>.

Parte II – A renda apropriada pelos mais ricos

Na primeira parte desse estudo, reunimos, em caráter amplo, um razoável panorama de estudos que exprimem um campo de visão do capitalismo em geral, buscando compreender, em especial, as principais razões que produzem uma repartição tão desigual da renda e da riqueza, notadamente em sociedades como a brasileira. No que o passo seguinte do trabalho consiste em expor dados sobre os ricos no Brasil, na região metropolitana de São Paulo e em Santo André, destacando aspectos da concentração de renda mediante indicadores de desigualdade.

1. Apropriação da renda no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo

POCHMANN et al. (2004) definem o Brasil³⁴ como “ilhas” de inclusão num “mar revolto” da exclusão. A atenção aqui será centrada nestas tais “ilhas”. O Brasil é um país que se especializou em produzir e reproduzir, em níveis cada vez mais sofisticados, a exclusão – que está associada à pobreza. Embora pareça que estudar a pobreza basta, isso parece não ter sido suficiente para tirar os governos da posição da posição contemplativa/ letárgica diante da exclusão. Ainda existem governos inconsequentes e políticas sociais antiquadas e incapazes de romper o círculo, e a resistência em enfrentar a exclusão advém da hegemonia das classes superiores. Tendem até a ampliar a concepção de origem de classe superior, naturalizam a exclusão, para uma compreensão cômoda que vincula o ambiente de pauperização à criminalidade – justificando o incremento do aparato de segurança e repressão sobre as chamadas classes “perigosas”³⁵.

Desse modo, a exclusão é entendida como consequência do fracasso individual dos excluídos, incapazes de elevar escolaridade, constituir família exemplar e encontrar carreira individual. Neste contexto o Brasil é um país que gasta mais com segurança pública e privada do que com recursos de enfrentamento da exclusão. É, assim, premente a necessidade de se identificar o estrato social privilegiado para então estabelecer estratégias contra o processo de exclusão (POCHMANN et al., 2004).

O mar de exclusão brasileiro tem antigas raízes. Já na colônia (1500-1822), em que a história da desigualdade se confundia com a história do país, o compromisso era de transferir excedente econômicos à metrópole portuguesa. A classe senhorial escravista ficava com fração mínima da renda gerada/ apropriada pelo sistema colonial, e tal excedente garantia não só a continuidade da exploração como também a

³⁴ Há uma tendência de olhar o Brasil como lugar exótico, o que tem atraído repórteres internacionais e mesmo leitores para o novo livro de CUADROS (2016), acerca dos bilionários brasileiros. Entretanto, o que o autor quer é relembrar os leitores de que o Brasil não é para ser olhado como realidade exótica, ou lugar de problemas exóticos, e sim como espelho (do mundo todo), como uma reprodução num microcosmo. O perfil do Brasil regula com a situação global. O país tem pequena classe dominante rica, modesta classe média e maioria pobre. Para IBER (2016), os EUA são diferentes à medida que, considerando-se só termos monetários, seus pobres são renda média em termos de padrão mundial. O Brasil tem pobres como em outros lugares, e também ricos como em outros lugares. Tais características, entretanto, não são exclusivas do Brasil. O Brasil é campo fértil para análise por ser um dos países mais representativos do globo como um todo: temos aqui pessoas do mundo todo, e níveis de desigualdade que reproduzem os níveis de outros lugares.

³⁵ Mais sobre isto em CHALHOUB (1990).

consolidação do estrato superior. Dentro da colônia a sociabilidade possível era de força e de favor. Na colônia estabeleceram-se elites regionais estruturadas ao sabor dos “ciclos econômicos” baseados em monocultura de exportação e trabalho escravo. Realizavam um tipo de concentração e acumulação marginal à lógica capitalista, mas que dava acesso à classe dominante patriarcal às últimas maravilhas do consumo mundial, além de manter as classes subalternas alheias às influências externas. Os diferentes ciclos econômicos tiveram pouco alcance fora de sua região, daí a formação de elites regionais. Durante o ciclo do açúcar escravocrata o Nordeste figurava como zona mais próspera da colônia portuguesa das Américas, estando o resto em segundo plano. As regiões se ligavam mais diretamente à metrópole do que entre si. Contudo, o açúcar caiu com a saturação de mercados externos (PRADO JÚNIOR, 1993).

Como apontado por FURTADO (2000; 2000a), só com mineração um ciclo econômico passou a incentivar trocas dentro da colônia, já que para Minas Gerais seria impossível a autossuficiência. Como consequência, a repressão portuguesa foi sem precedentes, sendo o de Tiradentes o caso mais patente. Sem capacidade de gerar dinamismo econômico próprio, Minas Gerais tornou-se mais uma ilha transitória de riqueza. No contexto do território colonial brasileiro, a integração se dava no lombo das mulas. Já o ciclo do café, por sua vez, foi uma época sem precedentes. Era a época da revolução produtiva na Europa (movida a café para a produtividade), ao mesmo tempo que as estruturas coloniais eram abaladas pelo questionamento do escravismo e pela ausência de Estado-Nação.

Após a Independência manteve-se a estrutura fundiária. Os ricos puderam enriquecer ainda mais: não mais precisavam transferir recursos à metrópole portuguesa, ainda que houvesse intermediários. Como observado por FERNANDES (1975), ainda que transplantado de fora, o mercado capitalista surgia dinamizado e modernizado pela nova condição de nação emancipada e pelos novos papéis assumidos na divisão internacional do trabalho. As novas oportunidades de enriquecimento surgiram com mercado externo, e a aristocracia rural adquiriu títulos e valorização social. A elitização intelectual veio com seus filhos estudando na Europa.

Em seu texto “As ideias fora de lugar”, SCHWARZ (1992) analisa as aparentes contradições do Império. Lá o “desconcerto” escravidão-liberalismo não enganava ninguém. Na verdade, havia convivência entre os contrários, que se endossavam mutuamente. No seio da elite brasileira conviviam a vergonha do atraso e o rancor pelas ideias não postas em prática. Informada por padrões de consumo europeus, grassavam a ostentação e o consumo conspícuo, imortalizados nos exemplos dos panoramas de papéis de parede com paisagens europeias – coladas sobre paredes erguidas por escravos. Só no século XIX começou a existir aristocracia financeira, além da já existente aristocracia da terra. Ela tinha cargos públicos, ancorados no ramo bancário da burguesia colonial. Na nação em formação introjetavam-se o espírito capitalista e a ambição monetária e especulativa (VIANNA, 1988). Desponta a partir daí o horizonte cultural do homem de

negócios: primeiramente na figura do fazendeiro do café, e em seguida no imigrante que fez sucesso. A economia do século XIX passaria de mercantil cafeeira a capitalista (FERNANDES, 1987).

O fim da escravidão trouxe novas formas de lucro, abrindo caminho para o complexo capitalismo industrial. Entretanto, como observam POCHMANN et al. (2004), a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 foram acontecimentos sem grandes alterações na distribuição de riqueza. São Paulo abocanhara mais riqueza porque neste estado havia as mais altas rendas – que se multiplicavam. Em menor medida, Rio de Janeiro também. Com o patrimonialismo, os novos donos do poder agora se encontram nos estamentos estatais, como o Banco Central e a Secretaria do Tesouro Nacional, ambos ligados à reprodução do capital³⁶. Com o crescimento econômico e construção da nação não mais havia necessidade de expandir o capital, descolando-se assim riqueza financeira e base real da economia. O desenvolvimento, destarte, constituiu-se em simples assimilação cultural e técnica sem potencialidades renovadoras/ diversificadoras. Com olhar crítico, FURTADO (2000) observa que no passado o Brasil se modernizou sem introjetar industrialização, mas depois se industrializou de forma adaptativa e sem reformar a estrutura social.

O Sudeste contava com malha ferroviária, crescimento das cidades e nascimento da pequena indústria. A novidade era que, embora a dinâmica ainda dependesse dos movimentos de comércio exterior, a riqueza não mais estava circunscrita à fazenda. No início do século XX houve as crises do café, e a indústria incipiente aproveitou-se de capitais ociosos de fazendeiros e iniciou vigoroso processo de substituição de importações. A indústria passou a ser o carro-chefe das transformações e havia condições favoráveis para a acumulação de capital. A região não decaiu, mas torna-se ilha isolada de riqueza. Nas outras regiões, por sua vez, na decadência, as elites se cristalizaram e grudaram nos privilégios. O Sudeste, ao se industrializar, criou mercados e fortunas crescentes, diferenciando-se, assim, da estagnação geral e assumindo posição de destaque no cenário econômico do país. As diferenças regionais nunca foram combatidas, e sempre houve aliança arcaico-moderno – sendo o arcaico representado pela mão-de-obra barata³⁷. Tal aliança cristaliza a desigualdade regional. As classes superiores do Brasil seguiram localizadas e protegidas em torno das elites regionais, ancoradas no coronelismo e poder patriarcal, predominando o capital comercial só após 1930. A partir daí a terra deixou de ser medida de todas as coisas e único mecanismo de estratificação social. A antiga elite então, ou não conseguia reproduzir o padrão de riqueza, ou então migrava para a Indústria (POCHMANN et al., 2004). MARTINS (1992) destacou o quanto elementos arcaicos e modernos são combinados na nossa economia. No Brasil ambos empresariado industrial e operário tiveram origem rural. Nossa burguesia, por exemplo, não rompia com os proprietários de terra, por ser oriunda deles.

³⁶ Mais sobre a relação entre patrimonialismo, clientelismo e poder em FAORO (2001), que identifica a ascensão de classe de burocratas.

³⁷ Mais sobre o assunto nas distintas perspectivas de FERNANDES (1968), OLIVEIRA (1972) e pode-se mesmo retomar o que SCHWARZ (1992) observara sobre o Império.

GUIMARÃES (2015) aborda tendências de desigualdade identificada após os anos de 1930 até meados dos anos de 1970 e 1980. Após cair ampla e ininterruptamente entre 1942 e 1963, a desigualdade social no Brasil deu um salto e voltou a crescer rapidamente já nos primeiros anos da ditadura militar, a partir do golpe de 1964. A conclusão é de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, sob orientação de Marcelo Medeiros, ambos do Ipea. O estudo é de dados a partir de 1928³⁸. Como tem sido visto, grande parte de nossa história passou ao largo do estudo de desigualdade. Souza conseguiu montar uma série de 1926 a 2013, recontando a história da desigualdade no Brasil, mais ou menos como Thomas PIKETTY (2014) e Emanuel Saez fizeram sobre EUA e França ao longo dos séculos, e as tendências identificadas foram:

- Queda da desigualdade ao fim da II Guerra, em 1945;
- Até anos de 1950: estabilidade da desigualdade;
- Do fim dos anos de 1950 a início dos de 1960 a concentração de renda volta a cair, em trajetória mais menos constante;
- Após o golpe de 1964: a fatia de renda do 1% mais rico cresce muito em curto período e a tendência reverte;
- Nos anos de 1970: desigualdade atinge os mesmos níveis da década de 1950

Conclui-se, assim, que a ditadura promoveu a desigualdade, e que ciclos políticos (ditadura-democracia) têm influência sobre essa dinâmica. A queda da desigualdade no Brasil não foi causada por um grande choque externo, como guerra ou desastre natural, fenômenos que tornam a sociedade mais igual na pobreza (como aconteceu com Reino Unido e França com a II Guerra Mundial). A verdadeira razão, desta forma, é algo que Souza precisa investigar. Mas por que até agora não havia estudo “a la Piketty” sobre o Brasil? Porque só recentemente, após os anos de 2000, a desigualdade tornou-se fenômeno de maior interesse para estudos³⁹. Os resultados históricos de desigualdade na Argentina são muito parecidos com o Brasil, o que sugere que “países de periferia” tenham um padrão próprio, diferente do dos desenvolvidos. Para os estudiosos do Ipea, existem ações efetivas para combater a desigualdade, como por exemplo maior progressividade do Imposto de Renda e políticas públicas com mais foco em redistribuição (educação, tributação e transferências sociais). Apesar de ser difícil prever o futuro da desigualdade, uma coisa que dá para concluir a partir da história é que “a desigualdade depende de como o Estado trata as elites” – diz Medeiros (GUIMARÃES, 2015).

POCHMANN et al. (2004) apontam que em 1960 o 1% mais rico ficava com 20% da renda nacional, e que os 9% seguintes ficavam com outros 20% da renda nacional. Era um contexto de expansão industrial com transformação produtiva e sem reforma da estrutura social, o que permitiu congelamento das elites. Houve

³⁸ Só em 1976, com as PNADs, começou a ter série ano a ano de desigualdades.

³⁹ A Receita Federal só conseguiu providenciar tabulações a este respeito a partir de 2014. As fontes de pesquisa de Souza e Medeiros foram, para o período 2006-2012, pesquisa de Souza e Medeiros publicada em 2014, utilizando-se de outras fontes para o período anterior (1928-2012).

também expansão da pequena burguesia cada vez mais volumosa e agressiva, lutando ansiosamente por riqueza e prestígio. Para se firmar, esta pequena burguesia apoiou-se em baixos salários e ausência de direitos sociais/ trabalhistas universais. Ali renovou-se o padrão de consumo, mantendo-se consumo conspícuo de serviços domésticos. Segundo a pesquisa do Ipea mencionada por GUIMARÃES (2015), desde 1928, em média, cerca de 15% de toda renda do país esteve concentrada nas mãos da fatia 1% mais rica. Já no período 1942-1963 o Brasil apresentou crescimento econômico e a mais expressiva e duradoura redução da desigualdade já registrada no Brasil.

No período 1930-1970 a riqueza teve expansão jamais vista, e a sociedade adquiriu feições capitalistas por meio de industrialização e urbanização. Mesmo com a reprodução ampliada do capital, as características do subdesenvolvimento justamente se reforçaram, ao invés de serem eliminadas. A renda per capita multiplicou-se cinco vezes e o PIB cresceu em média 5,9% ao ano. O período é, portanto, um período de nível difícil de comparar/ atingir – seja antes ou depois. O bolo de renda cresceu rapidamente, mas sua repartição não mudou. Dentre os fatores que impediram ter mais igualdade destacam-se a ausência de referências civilizatórias e a interrupção do regime democrático (a ditadura de Vargas 1930-1945 e a ditadura militar 1964-1985). No período mantiveram-se predominantes o caráter privado das relações sociais e o poder soberano do empregador, resultado na ampliação da desigualdade. Enquanto havia sensação de melhora, escondia-se a perversidade das relações sociais autoritárias e pautadas no poder impessoal do mercado. O padrão de riqueza do período pode ser descrito como excludente. A década de 1980, por sua vez, começa a dar sinais do limite de regulação macroeconômica dos Estado-Nações. O período dos anos de 1980 até os anos de 2000 apresentaram intensificação do modelo neoliberal (MONBIOT. 2016). A década de 1980, por sua vez, caracterizou-se pela estagnação econômica, com a crise do padrão de financiamento e abertura dos mercados. O fim do século XX viu a estabilidade das elites regionais, que se atualizaram no padrão de consumo. Enquanto isso grassavam trabalho precário da mão-de-obra e informalidade.⁴⁰ Como tendência do pós-1980 destaca-se a integração cada vez mais intensa dos capitais bancário e industrial, cuja fusão resulta no capital financeiro, acompanhada pelo direcionamento dos governos para atender os interesses das grandes empresas em especial.

Como exposto, a década de 1990 também se caracterizou por políticas neoliberais. E o crescente poder dos ricos intimidou governantes que ousassem reagir ao descalabro da concentração de renda e riqueza, e a opressão crescente dos excluídos manifestava-se no consumo conspícuo e na desigualdade naturalizada. O

⁴⁰ Segundo POCHMANN et al. (2004), a década de 1990 é marcada como período de queda de participação na renda do trabalho e elevação da carga tributária. O período se caracteriza pelos trabalhos precários. Em 1990 70% dos empregos eram domésticos, de limpeza, e em 2002 80% dos empregos eram com salários inferiores a três salários mínimos mensais (PNAD/ IBGE). Forte elevação do desemprego aberto, do desassalariamento (menor porcentagem de assalariados no conjunto da população) e do trabalho precário, bem como aumento dos casos de horas extras, de duplo trabalho, de aposentados trabalhando e de ingresso precoce de adolescentes, explicam, em certo sentido econômico, os anos 90. No entanto, à medida que alguns segmentos foram privilegiados, isso se traduz no padrão mais excludente da riqueza, em que diminuiu a classe média. Para HANAUER (2014), por exemplo, o aumento da classe média é um caminho para uma sociedade mais justa e equilibrada.

individualismo egoísta se traduz na degeneração das relações familiares e comunitárias. Não há outra convivência que não a do consumo, que se dão em shoppings e bairros superprotegidos, espaços cercados por exércitos de agregados sociais pauperizados (segurança, estética e empregados domésticos). A saturação da precária sociabilidade brasileira fez que aumentasse a criminalidade, que houvesse mais gasto em segurança, e que os ricos se escondessem em fortalezas. Com a perda do direito de ir a vir, os ricos se isolam em internet, televisão e excursões ao exterior; cercas de segurança numa redoma; e na negação das causas dos problemas. “Os ricos se escondem”: da estatística, da sociedade e da (noção de) espaço público, tanto quanto se escondem dos impostos (POCHMANN et al., 2004).

Nesses termos, estudos sobre a riqueza não são frequentes, não havendo metodologia convergente que permita identificação precisa do que pode ser definido como estrato social rico. Sabe-se, contudo, que os ricos tendem a ocupar principais postos-chave na estrutura de comando de poder político e econômico.⁴¹ Os estudos mostram que especificidades históricas e geográficas explicam distintas situações de manifestação e acumulação de riqueza, sem falar no prestígio, também usado para definir classes superiores. Assim, entender a concentração de riqueza é importante para entender a exclusão econômica, social e política do Brasil.

Observando dados da Pnad/IBGE de 2004 e 2014, a partir do variável rendimento mensal de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais de idade sistematizada por fração de renda, percebe-se, ainda pequena, melhora na distribuição de renda, conforme tabela 1. Nos quatros estratos da distribuição da renda apenas nos 10% mais pobres aumentou a renda total apropriada, passando de 0,8% em 2004 para 1,1% em 2014. É que os avanços da chamada década inclusiva (2003-2013), sobretudo em termos de redistribuição de renda, se fizeram sentir nos estratos mais pauperizados da classe trabalhadora, conforme mencionado na parte anterior deste estudo. Nos estratos mais ricos, como ilustrado na tabela 1, embora tenha diminuído, manteve-se considerável porcentagem de renda apropriada, quer dizer, ainda estão bem acima dos limites considerados tolerados quando comparados com ricos de outras sociedades, pois se apropriaram de parcela substantiva da renda total, como já mencionado na primeira parte do trabalho, mais precisamente no capítulo facetas da desigualdade.

⁴¹ Ainda que por óticas diferentes, MARX (1994) e WEBER (1968) ressaltam o status social desfrutado pelos ricos. Há também estudos sobre a evolução histórica dos segmentos mais afluentes da sociedade a partir das transformações econômicas e sociais, como, por exemplo, o estudo de HUBERMAN (1981).

Tabela 1. Brasil: Medida de desigualdade na distribuição de rendimentos* de pessoas de 10 anos ou mais

Estratos da população	Porcentagem de renda apropriada	
	2004	2014
10% mais pobres	0,8	1,1
10% mais ricos	47,2	41,1
5 % mais ricos	32,6	30,7
1% mais rico	13,1	12,1

Fonte: Pnad, 2004 e 2014 - Elaboração Dise/SOPP/PSA

*Rendimento mensal de todas as fontes

Quadro parecido pode ser identificado quando observamos a Região Metropolitana de São Paulo. Como mostra a tabela 2, aumentou a apropriação de riqueza por parte da parcela 10% mais pobre da região metropolitana de São Paulo, em 0,7% de 2004 a 2014. Já para os 10% e 5% mais ricos houve diminuição da apropriação da riqueza para o período, de 2,5% e 1,3%, respectivamente. Desse modo, tais dados sugerem uma distribuição de riqueza mais equitativa, provavelmente decorrentes de políticas redistributivas na gestão petista (2003 a 2013), aliadas ao crescimento econômico do período, que refletiu positivamente sobre a renda familiar. Paradoxalmente, entretanto, o que ocorre com o 1% mais rico leva a crer que as políticas petistas foram pró-capital, também, pois nesse caso evidências sugerem que o referido estrato social pertence ao grupo social dos capitalistas de pequeno e médio portes, o que não significar dizer que são milionários, uma vez que as pesquisas domiciliares deixam de captar a totalidade da renda das classes dominantes da sociedade. Neste estrato a apropriação da renda cresceu 1,7%, até mais que a dos 10% mais pobres. A intrigante informação aponta na direção da conciliação de classes por parte do PT para o período, não apenas como estratégia política, mas sobretudo como mecanismo econômico, fenômeno que se verificou na região metropolitana deste dinâmico estado brasileiro.

Tabela 2. Região Metropolitana de São Paulo: Medida de desigualdade na distribuição de rendimentos* de pessoas de 10 anos ou mais

Estratos da população	Porcentagem de renda apropriada	
	2004	2014
10% mais pobres	3,3	4,0
10% mais ricos	45,9	43,4
5 % mais ricos	32,8	31,5
1% mais rico	11,2	12,9

Fonte: Pnad, 2004 e 2014 - Elaboração Dise/SOPP/PSA

*Rendimento mensal de todas as fontes

2. Particularidades da região do ABC

Ser rico no ABC tem suas particularidades: é ser rico no subúrbio, conceito amplamente trabalhado na obra de José de Souza MARTINS (1992), cuja fala é de pesquisador local. A palavra subúrbio designa uma região marcada pelo esquecimento e pelo silêncio, e é empregada desde o século XVIII para referir-se aos confins de São Paulo e zona rural próxima. Enquanto a cidade (ou seja, a capital do estado) é tida como imaculada, lá vivendo os que mandam, os subúrbios são preteridos e desprovidos de voz e poder. Como destacado por ROLNIK (1997), o capital migrou para a capital. Nos anos de 1950 a produção de bens de consumo deu lugar à produção de bens de produção, dinamizando setores mais dinâmicos se mudaram para o ABC, Guarulhos e Osasco. Industrialização e ligação estratégica com o Porto de Santos, e a abertura das Vias Anchieta e Dutra contribuíram para o processo de desenvolvimento do ABC.

Nova economia, novos personagens. A nova economia é a industrial, e os novos personagens abrangem do caipira ao operário. MARTINS (1992) ressalta diferenças fundamentais entre estes dois personagens. O caipira é agente natural da ordem e pertence ao velho modo de acumulação (tributo da renda fundiária e lucro especulativo do comércio). Já o operário traz consigo o germe da mudança. Pertence a uma nova relação social, que é o contrato. Pertence também ao novo modo de acumulação: o lucro pela produção fabril. E como o subúrbio estaria integrado ao urbano? Pela economia agrícola e de artes de ciclo curto, sendo imediatamente dependente de comprador urbano (alimentação e construção).

MARTINS (1992) ainda comenta mais especificidades econômicas. Nossa distribuição da indústria mescla formas arcaicas e modernas. Como exposto, aqui o empresariado industrial veio dos senhores de escravos. Assim, esta burguesia não veio do conflito com empresários de terra (como na Europa), mas nasceu destes. O nosso operário, por sua vez, não passou pela corporação de ofício, mas tem origem rural. Desta forma, trata-se de um processo bastante distinto do processo clássico europeu descrito por HUBERMAN (1981).

A história de São Paulo sempre foi escrita do centro para a periferia, e os espaços se configuraram como pertencendo a diferentes classes. A relação cidade-subúrbio torna-se dicotômica. O morador é alienado da própria cidade, e seus saberes perdem raiz. Até os anos de 1920 a elite paulistana vivia *à la française*, uma cultura postiça. Havia perdido seu estilo porque na verdade sempre o tivera precariamente. SCHWARZ (1992) já apontou um descompasso entre a ideologia e a economia vigentes no país, porém já no Rio de Janeiro Imperial, discorrendo a respeito de uma elite que se contentava em aparentar modernidade, mas que não abria mão de estruturas sociais arcaicas, como a escravidão. Certos críticos de SCHWARZ (1992), no entanto, estabelecem que não há descompasso algum, à medida que as estruturas arcaicas brasileiras serviam aos interesses do emergente capitalismo internacional.

A história do ABC tem importantes marcos que distinguem a região. Mesmo antes da abolição da escravidão (1888), em 1877 já havia as primeiras substituições do trabalho escravo pelo trabalho livre – e ocorreram

em São Caetano do Sul. Ali já era difundida, assim, a superioridade do trabalho livre. Obviamente a industrialização foi de suma importância para caracterizar a região.⁴² Com ela veio a ferrovia rumo à serra, posteriormente revitalizada pela imigração italiana. Outra característica é a presença de núcleo consistente de trabalhadores abertos, influenciadores na política local. Em 1947, mesmo com partido na ilegalidade, municípios do ABC elegeram vereadores. Analisando todos os aspectos, não se pode negar o conflito da história do ABC. Estando na condição de subúrbio, só lhe restam esquecimento e silêncio; a memória do fragmento ou do medo/ ameaça (com exemplos de quem se rebelou e se deu mal). A memória do ABC é dominada, sufocada, subestimada (MARTINS, 1992). Enquanto a cidade é o lugar da festa, para o subúrbio restam sofrimento e tragédia. A cidade se sobrepõe ao campo, a civilização sobre a cultura popular, e no imaginário moderno não sobra espaço ou tempo para a vida rural e seus costumes. A pobreza fica “sem lugar”, relegada a periferias e favelas, que as construções positivistas republicanas tentaram sempre “civilizar”. Daí a importância dada por MARTINS (2008) à cultura do cotidiano. É ela que quem dará voz à região silenciada e servirá de mediação para edificar as grandes construções históricas e levar adiante a humanização do homem. Se a modernidade optou pelo avanço econômico em detrimento do social, gerando fosso entre capital e trabalho, - a memória e o cotidiano são o jeito de resgatar populações marginais – porque sua cultura está fora dos documentos oficiais, fora da modernidade.

⁴² A partir dos anos de 1990, a manufatura reduz sua participação percentual no emprego formal na região do ABC, sugerindo indícios de desindustrialização na economia da região, já que, sob essa ótica e segundo literatura especializada no assunto, o emprego é uma das variáveis clássicas para abordar o assunto. Outro indicador usualmente utilizado é a redução no valor adicional do PIB. No entanto, para aferir adequadamente o fenômeno, é importante investigá-lo a fundo, considerando um conjunto de aspectos entre eles as políticas macroeconômicas adotadas pelos governos, os ciclos de expansão e retração do capitalismo, sobretudo as fases de reestruturação produtiva, e a componente tecnológica de cada ramo da indústria. Por outro lado, a manufatura é ramo da economia a gerar maior valor adicionado *per capita* (razão entre valor adicionado por setor de atividade dividido pelo total de ocupados no setor – VA/PO), clássico indicador para medir produtividade do setor. Desse modo, pode-se compreender a relevância da manufatura para o desenvolvimento econômico quando comparada a outros ramos de atividade, dado que a indústria, pela sua intensidade tecnológica, tende a gerar mais valor. E, quando se analisa o aumento de produtividade da perspectiva do valor adicionado, percebe-se que tal indicador possibilita pensar que certos ramos da economia, em razão do seu dinamismo, sobretudo porque fomentam conteúdos sofisticados, contribuem para aumentar a produção, bem como a renda *per capita* da cidade e, conseqüentemente, melhoraram o nível de bem-estar.

3. Os ricos em Santo André

Renda e riqueza extremamente concentradas, como no caso da sociedade brasileira, consistem na materialização das estruturas de privilégio e, acima de tudo, fruto de uma organização social assentada na exploração econômica. Assim, este conflito distributivo denota que os estratos sociais ricos são os maiores portadores de poder e influência nos mecanismos de produção/reprodução de riqueza e pobreza (POCHMANN et al., 2004). E o fenômeno se reproduz na cidade de Santo André, onde as condições de vida do conjunto da população são mais razoáveis, especialmente em termos de renda, quando comparada com a de outras cidades, mas necessariamente não reflete em distribuição de riqueza equitativa. Mesmo no contexto da chamada década inclusiva, momento em que foram postas em práticas políticas de expansão e modernização do capitalismo, não foi possível diminuir os níveis de desigualdade econômica e em Santo André não se procedeu diferente. Com efeito, na cidade, embora o estrato mais pobre tenha aumentado sua participação na renda, é o grupo mais rico que se manteve estável e se apropriou da maior parte da renda gerada, como ilustra a tabela 3. Como disse Marcelo Medeiros, “o fato é que combater a desigualdade é mais difícil do que erradicar a fome e a pobreza”.

Tabela 3. Santo André: Medida de desigualdade na distribuição de rendimentos* de pessoas de 10 anos ou mais

Estratos da população	Porcentagem de renda apropriada	
	2000	2010
10% mais pobres	1,3	1,4
10% mais ricos	38,3	39,3
5 % mais ricos	26,0	27,7
1% mais rico	10,1	12,2

Fonte: Censo/IBGE, 2000 e 2010 - Elaboração Dise/SOPP/PSA

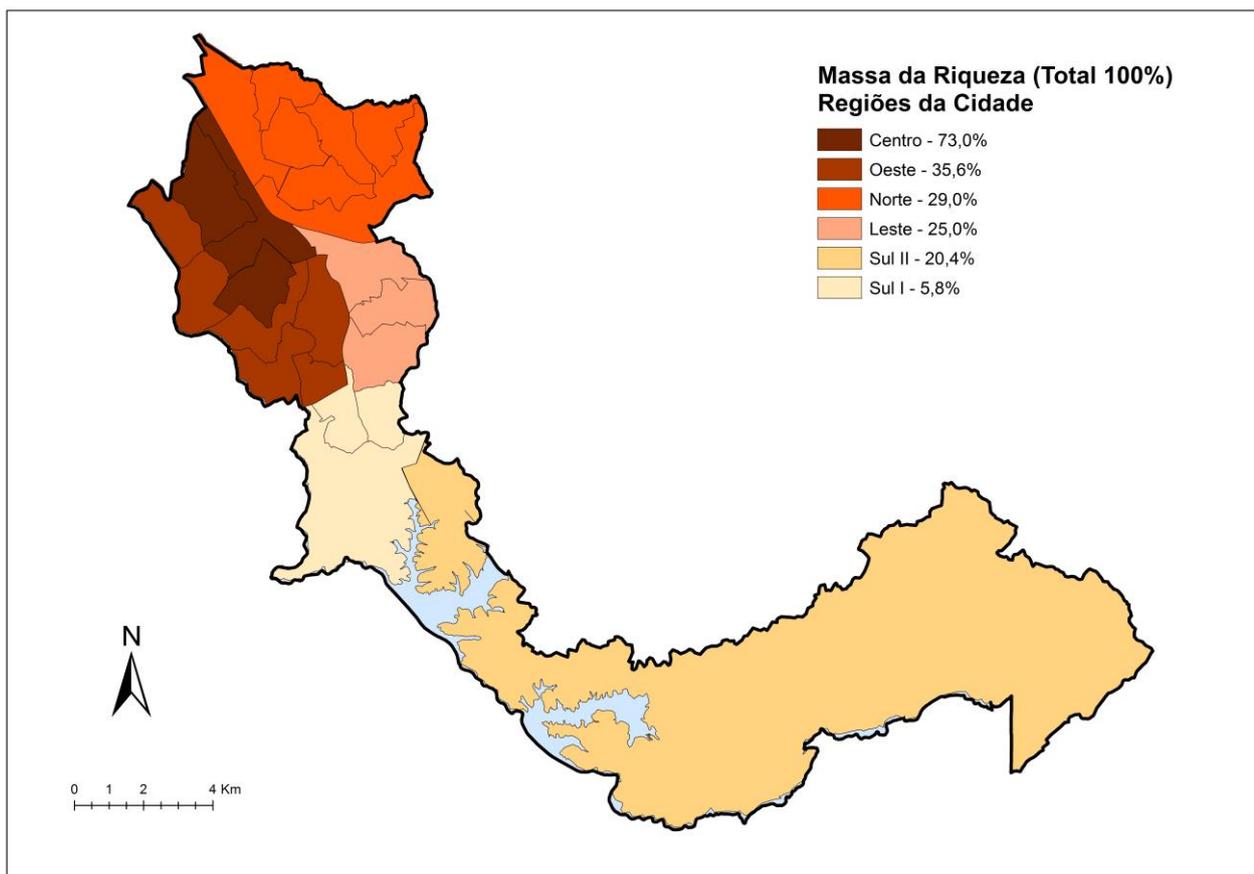
*Rendimento domiciliar total

A sistematização do rendimento domiciliar total, a partir dos microdados do Censo/IBGE, por estrato da população de Santo André possibilitou abordar os 10% mais pobres (69,0 mil pessoas), bem como os 1%, 5% e 10% mais ricos, respectivamente, 7,0 mil, 34,5 mil e 69,0 mil pessoas, de modo a compará-los, em termos de renda apropriada, com o resto da população da cidade. Daí obteve-se um quadro que permitiu observar elevado nível de desigualdade/concentração de renda nos períodos analisados, subindo de 2000 a 2010 a porcentagem de renda apropriada pelos estratos mais ricos. A tabela 3 mostra os percentuais apropriados pelos 1%, 5% e 10%. Em 2010, a renda domiciliar média total dos 1%, 5% e 10% mais ricos era, respectivamente, R\$ 53 mil, R\$ 24 mil e R\$ 17 mil. Em Santo André, conforme dados do Censo/IBGE 2010, no estrato dos 5% a 10% mais ricos os ganhos são oriundos do trabalho, por meio de salários, aposentadoria, respectivamente, 65% e 70%. Na parcela 1% mais rica os ganhos relacionados ao trabalho chegam a 50%, sugerindo que parte do rendimento deste estrato esteja vinculado a remunerações de aplicações financeiras. Ainda segundo a mesma fonte o rendimento médio domiciliar *per capita* dos estratos mais ricos atinge: R\$ 5,3 mil para os 10% mais ricos; R\$ 8,0 mil para os 5% mais ricos; e R\$ 18,0 mil para os 1% mais rico.

Outro indicador elaborado para medir a desigualdade/concentração de renda diz respeito à razão da massa de rendimentos domiciliar entre os mais ricos (1%, 5%, 10%) e o resto da população aplicado nos territórios da cidade. Tal medida permite observar como está distribuída e/ou concentrada a riqueza no espaço geográfico de Santo André, como ilustram os mapas a seguir. No mapeamento pode-se observar que a distribuição de renda na cidade é extremamente concentrada na porção centro-oeste (composta por um considerável número de ricos como veremos mais adiante). A razão entre os estratos sociais revela que os 10% mais ricos se apropriam da massa de riqueza que circula nas regiões central e oeste concentrando, respectivamente, 73% e 35% da renda, conforme mapa 2. Na sequência, percebe-se a mesma tendência para os 5% mais ricos, como ilustra o mapa 3. No mapa 4, onde está ilustrado a razão entre a parcela 1% mais rica e a população em geral, continua a apresentar tendência de concentração na região central, e tem agora como destaque região sul_II.⁴³

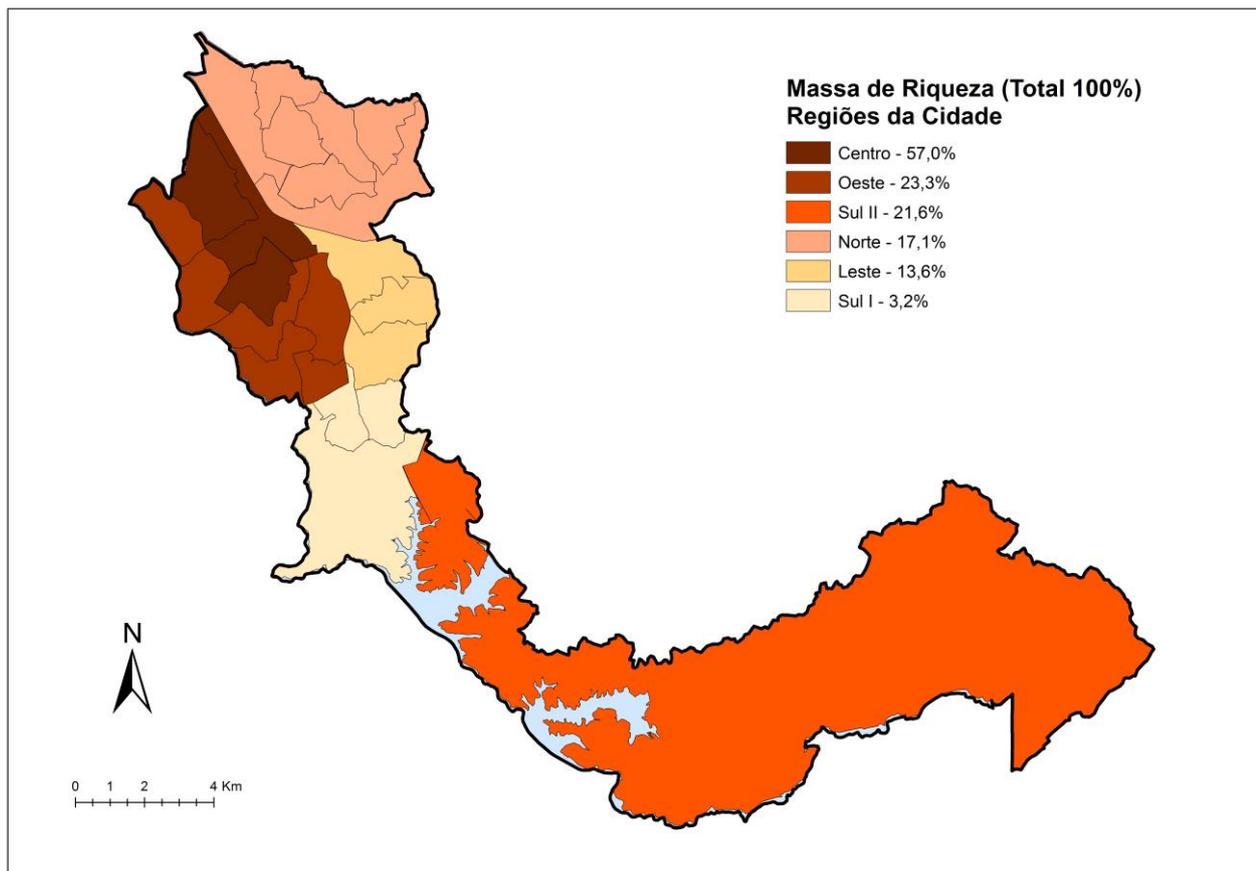
⁴³ A respeito dos valores nominais apropriado pelos mais ricos em cada território da cidade, consultar no apêndice mapas 8, 9 e 10.

Mapa 2. Razão da massa de rendimentos entre os 10% mais ricos e a população da região por regiões da cidade de Santo Andre, 2016 (%).



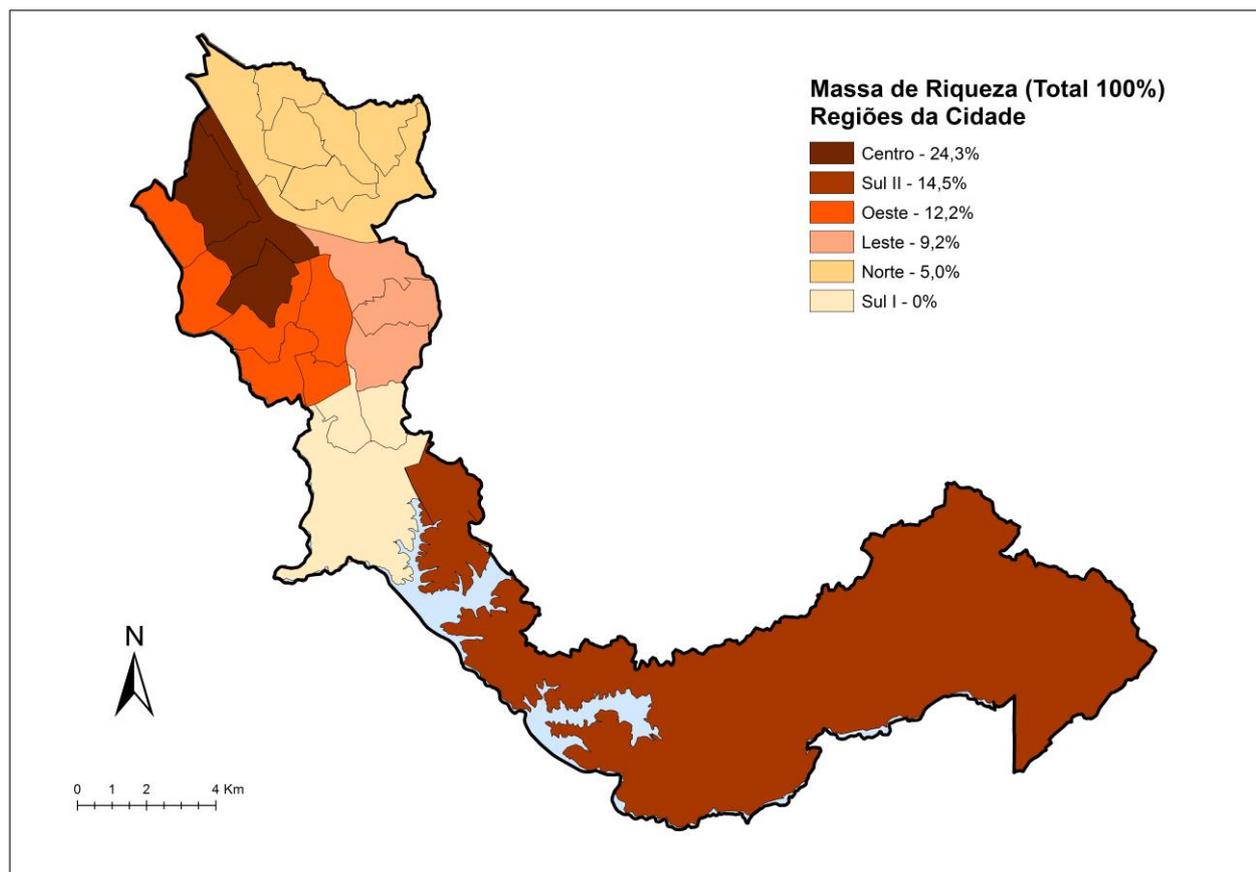
Fonte: IBGE, 2010,-: Dise/SOPP/PSA

Mapa 3. Razão da massa de rendimentos entre os 5% mais ricos e a população da região por regiões da cidade de Santo Andre, 2016 (%).



Fonte: IBGE, 2010, : Dise/SOPP/PSA

Mapa 4. Razão da massa de rendimentos entre o 1% mais rico e a população da região por regiões da cidade de Santo Andre, 2016 (%).



Fonte: IBGE, 2010,: Dise/SOPP/PSA

Em Santo André as pessoas ricas são brancas, atingindo percentual de mais de 90% em todas as camadas estudadas, ao passo que os 10% mais pobres somam 41% das pessoas, numa cidade onde os negros perfazem 27,6% dos habitantes, revelando, uma vez mais, outra face da desigualdade. Outro quesito observado diz respeito ao nível de escolaridade cujo índice é elevado entre os ricos de Santo André. Na média mais de 50% deles possuem um diploma universitário, enquanto apenas 23% da população tem curso superior. Em termos de inserção ocupacional, a maioria dos 1%, 5%, 10% dos mais ricos tem carteira de trabalho assinada, respectivamente, 48%, 52%, 57%. E, entre o 1% mais rico, aumenta os casos de empregadores. Pode-se perceber que 23% (1,0 mil indivíduos) deste estrato compõem parte do grupo social de capitalistas de pequeno e médio porte, sendo 22% atuando na indústria de transformação de média baixa tecnologia e 38% na esfera comercial. Entre os 5% mais ricos o percentual de empregadores chega a 12%.

Além da desigualdade de renda, há também uma desigual distribuição de poder. Dessa forma, os ricos tendem a se preocupar com a distinção⁴⁴ social, justamente pelo fato de a distinção de classe lhes conferir

⁴⁴ A distinção se traduz na apropriação (material e/ ou simbólica) de certa categoria de objetos (casas, móveis) e práticas (esportes, jogos).

vantagens tanto no plano simbólico quanto no material. E, nessa perspectiva, coloca BOURDIEU (2013) os grupos sociais, e dentro deles as classes, existem duas vezes: 1ª.) distribuição da propriedade material; 2ª.) classificações e representações contrastantes. Posta a questão nesses termos, existem dois tipos de objetividade, segundo BOURDIEU (2013): A objetividade 1 é a distribuição da propriedade material (e distinções reconhecidas). Já a objetividade 2 corresponde ao capital simbólico (privilégio, autoridade, distinções retraduzidas simbolicamente nos estilos de vida).⁴⁵ Ainda seguindo as pistas de BOURDIEU (2013), é de fundamental importância conhecer como são construídas as diferenças e seus fundamentos, bem como as desigualdades são perpetuadas. Caso contrário corre-se o risco de perceber o mundo não como espaço de conflito, mas sim como “ordem social”.⁴⁶

E pode-se constatar a distinção social mencionada quando analisamos a distribuição espacial dos estratos sociais mais ricos em Santo André. Como em qualquer cidade, mas sobretudo nas de médio e grande portes, possuem bairros considerados de “boa ou má reputação”, onde bairros populares, que abrigam a maioria dos trabalhadores da cidade, são estigmatizados como violentos, feios, sujos, contrastando com bairros ricos considerados bem conservados, estruturados (ENGELS, 2008). Os mapas a seguir dão uma medida de como estão demarcadas as fronteiras na cidade, e quem ocupa seus melhores pedaços.

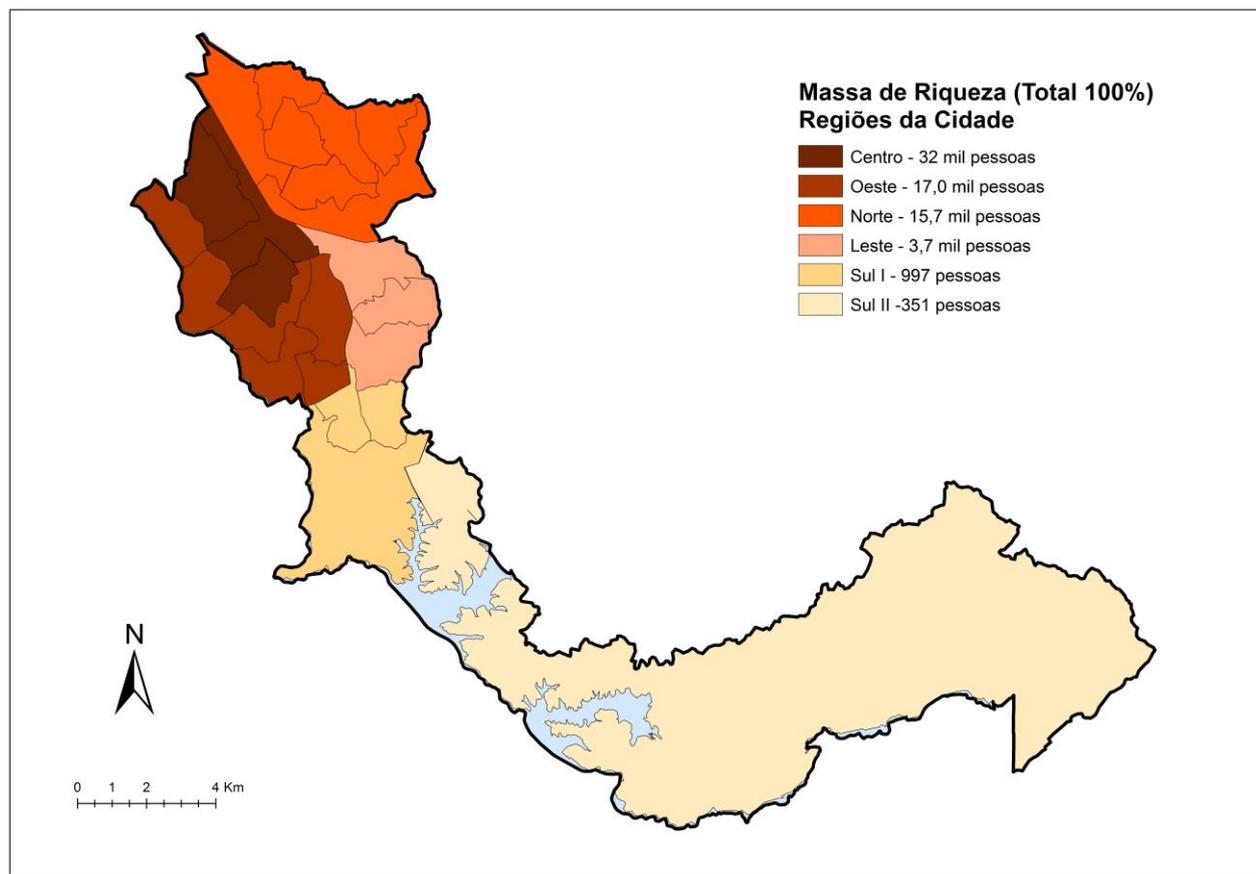
Os 10% mais ricos em Santo André estão concentrados na porção centro e oeste da cidade⁴⁷. Das 69 mil pessoas, 35% delas (32 mil) residem na região central e outras 17 mil (8,8%) vivem na região oeste, como ilustra o mapa 5. Como nas cidades a riqueza se concentra em certas regiões e bairros, os 5% mais ricos também ocupam a porção centro oeste da cidade, respectivamente, com 18,6 mil e 7,0 mil pessoas, além do pedaço norte (também 7,0 mil pessoas). Ver a respeito mapa 6. O mesmo se dá com a fração 1% mais rico, ele habita predominantemente no centro da cidade (3,8 mil pessoas), conforme mostra o mapa 7.

⁴⁵ As distinções só existem se creem nelas, e o símbolo de distinção é arbitrário (como qualquer símbolo): parece necessário à consciência de seu próprio pertencimento ao grupo. O mecanismo de funcionamento é que toda distribuição desigual de bens e serviços tende a ser percebida como sistema simbólico, sistema de marcas distintivas, e cada prática cultural recebe um valor.

⁴⁶ O desconhecimento gera um universo de pressuposições sobre imutabilidade da desigualdade. Assim que reconhecido (e desconhecido de sua verdade de capital), todo capital exerce violência simbólica. O autor francês relaciona capital simbólico ao conceito de carisma de Weber. Posturas de esnobismo e pretensão são frutos da crença nos símbolos. Tal crença é assombrada pelo medo do erro, pelo medo do pecado do mau gosto. São formados “grupos de status”, fundados em “estilos de vida” – não são diferenças de classe, como acreditava Weber, mas sim classes legitimadas – ou então a legitimação de uma classe.

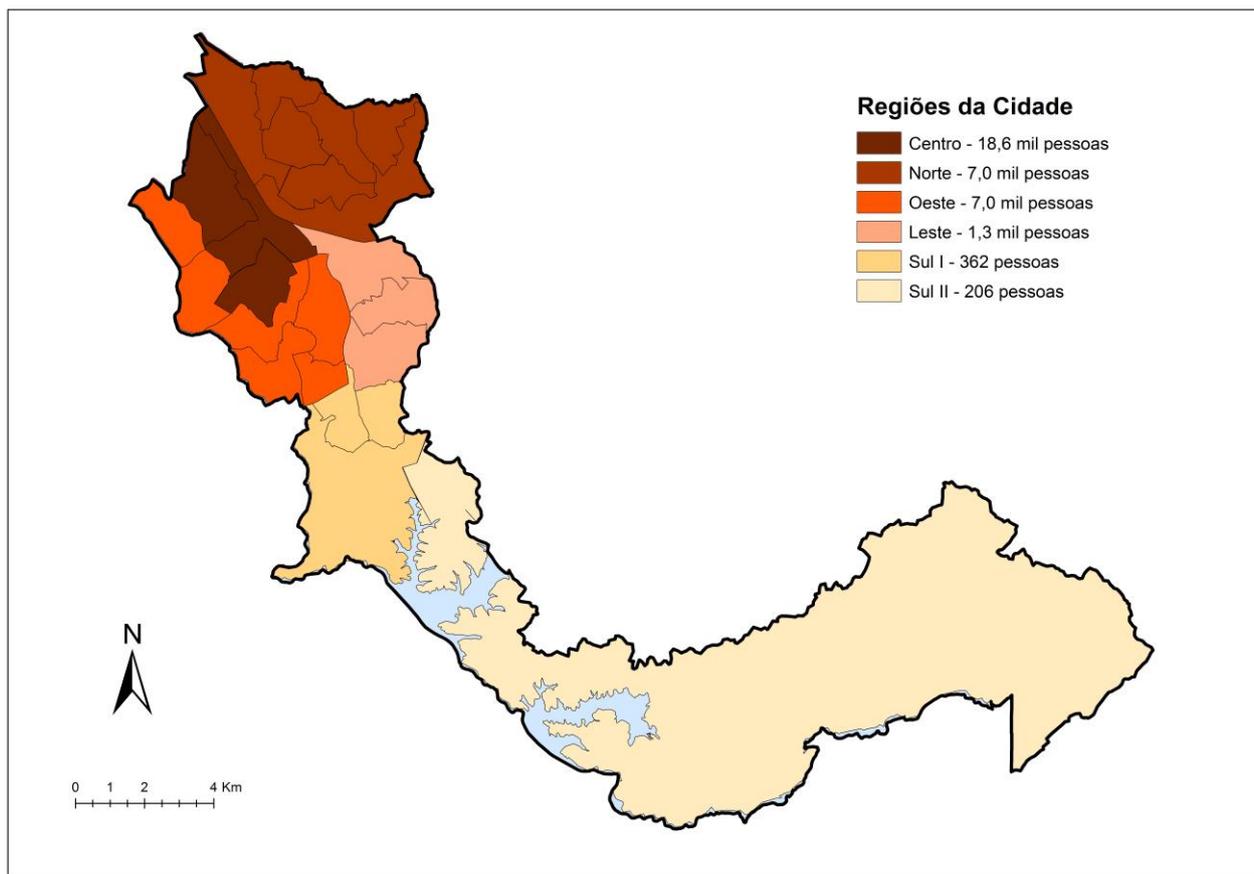
⁴⁷ A região central da cidade é composta pelas áreas de ponderação centro, campestre, assunção; e integram a região oeste as áreas de ponderação Vila Palmares, Jardim Bom Pastor, Jardim do Estádio, Jardim Cristiane, Vila Linda, e Vila Pires.

Mapa 5. Distribuição do número de pessoas ricas em Santo André por regiões da cidade – 10% mais ricos, 2016



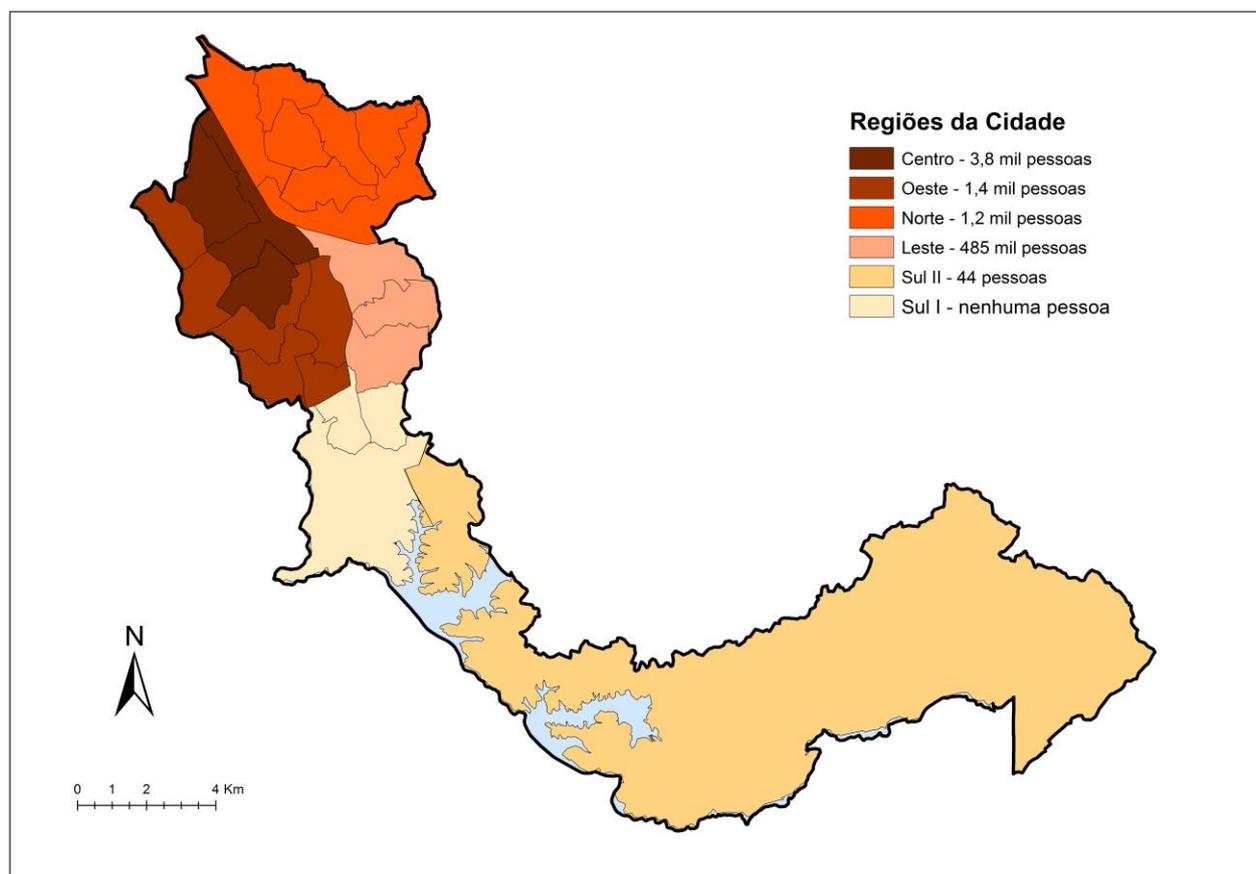
Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA

Mapa 6. Distribuição do número de pessoas ricas em Santo André por regiões da cidade – 5% mais ricos, 2016



Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA

Mapa 7. Distribuição do número de pessoas ricas em Santo André por regiões da cidade – 1% mais ricos, 2016



Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA

As cidades brasileiras segregam quase violentamente ricos e pobres. As regiões “nobres” têm elevados níveis de renda, equipamentos sociais e segurança, convivendo próximas – sem misturar-se – a áreas carentes de quase tudo. Enquanto os bairros residenciais da elite estão dentro de uma muralha protetora, nos bairros pobres, há posição eternamente periférica. Não se trata de desordem, falta de planejamento, mas sim de um pacto territorial que preside o desenvolvimento da cidade, impedindo-a de crescer com graça, justiça e beleza (ROLNIK, 1997: 14). Não há espaço livre da ordem jurídica estatal – mesmo no mais ilícito dos espaços. Sempre há negociações entre moradores e autoridades estatais. E da mesma forma, nos espaços regulamentados, há infinidade de transgressões – fruto da atratividade e valorização das regiões.

As normas jurídicas têm diferentes significados para diferentes atores sociais. Construir irregularmente e morar em favelas são ilícitos, mas o primeiro é mais tolerado e o segundo, considerado menos ilícito. “O espaço criminalizado de saída não é eliminado, apenas rejeitado” (ROLNIK, 1997: 182). Os territórios são demarcados e sobre as favelas e cortiços recai o estigma, mas tais zonas são consideradas no sistema com o pressuposto de que os assentamentos irregulares são provisórios e vão desaparecer. A provisoriedade

justifica o não-investimento público, reforça a precariedade urbanística e acentua a diferença em relação a áreas onde houve investimento.

Entre legítimo e ilegítimo há negociações e pactos. O cortiço era proibido, mas passou a ser tolerado, mas excluído. Então virou forma de alternativa de investimento de capital, e no fim das contas jamais desapareceu. No caso dos espaços das elites as regras e estruturação ficaram cada vez mais minuciosas na legislação urbanística. Entre um espaço e outro há também discrepância em qualidade/ acesso a serviços públicos. Como a cidade se divide em bairros-dormitório e bairros-emprego, tal divisão é a grande responsável pelos desastres ambientais e segregação na cidade (ROLNIK, 1997). A relação entre classes na cidade é um processo de exclusão, tornado claro por meio da gentrificação. Nela, supostas “revitalizações” ou “melhorias” traduzem-se na expulsão das classes ali existentes por causa do aumento do custo de vida, dos efeitos do mercado que supostamente se autorregula.

4. Taxar os ricos

O Brasil se constitui em verdadeiro paraíso para os ricos, e terreno fertilíssimo para suas fortunas. Os ricos praticamente não pagam impostos e não compartilham rendimentos de propriedades e ativos. Preferem a barbárie da desorganização social à opção de construir uma nação justa. A posse da terra, por seu turno, continua altamente concentrada e o Brasil ainda não realizou reforma agrária. A relação ricos-pobres é mediada pelo uso da violência compensada parcialmente pelo favor. Tal relação de favor, estudada em profundidade por SCHWARZ (1992), obstaculiza a criação de direitos universais e cidadania. De acordo com POCHMANN et al. (2004) não há repartição equitativa dos ganhos de produtividade sem reformas civilizatórias do capitalismo (fundiária, tributária, social, etc.). De outra forma, este pesquisador está querendo dizer que o capitalismo no Brasil não passou pelas chamadas revoluções democráticas tal como ocorrido em países de capitalismo central como EUA, Inglaterra e França. Nesse sentido, conflitos sociais no Brasil, sobretudo o redistributivo são, constantemente, equacionados mediante repressão e estigmatizados como caso de policial quando da criminalização dos movimentos sociais comprometidos com a afirmação de direitos democráticos e universais.

As maiores fortunas do Brasil aumentaram 12,3% em doze meses, mas 1,2% globalmente – o que confirma a tendência identificada pelo Bloomberg Billionaires Index, de que as dez maiores fortunas do país vêm crescendo mais rápido do que em nível internacional. A despeito das crises, para certa parcela da população a vida continua normal: os bilionários brasileiros. Nos últimos doze meses, os dez mais ricos bilionários brasileiros registraram ganho de US\$ 914 milhões cada, ao passo que globalmente, bilionários tiveram ganho médio de US\$ 115 milhões. Só o homem mais rico do Brasil, Jorge Paulo Lemann, em um ano aumentou sua fortuna em US\$ 1,9 bilhão. Já no clube dos dez mais ricos do Brasil, três proprietários do grupo de meios de

comunicação Globo adicionaram às suas fortunas US\$ 3,9 bilhões. A que se atribui o aumento da riqueza dos bilionários brasileiros? Ao desempenho do real e do Índice Bovespa Benchmark que subiu a 23% (PLUS 55, 2016).

Diante do drama universal da evasão fiscal e do maior rendimento do capital do que o crescimento econômico, PIKETTY (2014) propõe a taxação dos ricos. O debate, entretanto, é obscurecido pela desinformação e pela manipulação em virtude do golpe recentemente sofrido pela democracia brasileira. Quem vem jogar luz sobre a questão é Grazielle Custódio David, especialista em Orçamento Público e assessora do INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos.

A especialista explica que no Brasil 36% do PIB é carga tributária, o que está na média mundial. O problema é a injustiça fiscal que penaliza classes pobres e médias, pois a estrutura tributária do país baseia-se em impostos indiretos (sobre bens e serviços) – e não sobre a propriedade. Quando se taxa o consumo quem acaba pagando proporcionalmente mais são os pobres. Por exemplo, ao comprar arroz, por exemplo, ricos e pobres pagam o mesmo imposto. A grande injustiça está em a faixa entre 20 e 40 salários mínimos ser a que mais paga imposto de renda, enquanto que a faixa acima de 70 salários mínimos praticamente não paga. Na realidade existe isenção a lucros e dividendos por conta de lei que começou em 1995 no governo FHC (CARTA CAMPINAS, 2016). A seguir um quadro ilustrativo da discrepância entre ricos e pobres sobre os impostos:

Quadro 5. Tabela progressiva para rendas do trabalho: de 7,5% a 27,5%

Classe média assalariada	Os ricos
Pagam sobre trabalho, podendo chegar até 27% de imposto de renda	Pagam 6% de imposto de renda, pois recebem por dividendos Lucros e dividendos têm isenção de imposto de renda

Fonte: CARTA CAMPINAS (2016).

Conforme noticiou o Universo On-Line – UOL, a partir da informação elaborada pela CARTA CAMPINAS (2016), podem se comparar impostos de renda e impostos sobre dividendos em vários países, observando alíquotas máximas de Imposto de Renda: Brasil: 27,5%; Suécia: 56,7%; Alemanha: 45%; EUA: 39,6%. E segundo as mesmas fontes, é possível comparar as alíquotas máximas de dividendos: Brasil: isento; Dinamarca: 42%; França: 38,5%; Canadá: 31,7%; EUA: 21,20%; Turquia: 17,5%. Outro tipo de comparação, ainda segundo as mesmas fontes, pode ser a a tributação total do lucro (Pessoa Física e pessoa Jurídica): nos países da OCDE: 48%; na França: 64%; na Alemanha: 48%; nos EUA: 57%; e no Brasil (que tem isenções de dividendos e outros benefícios tributários): menos de 30%

Assim, percebe-se que o Brasil tem dos mais baixos impostos sobre patrimônio do mundo. Enquanto a média mundial está entre 08 e 12%, no Brasil é de 03%. Daí questiona-se o discurso de combate a tributos. Ele só interessa aos super-ricos – que são quem paga menos – e a FIESP representa esse grupo. Possuidores

de empresas, recebedores de lucros e dividendos que não são tributados, mentem e manipulam para conseguir adesão à sua campanha de redução de tributos. Com o apoio do *lobby* com o Legislativo, propalam desinformação e acabam por receber apoio de camadas baixas e médias que sentem de fato no bolso o preço dos impostos.

Tal campanha distancia as pessoas de uma real compreensão da importância e finalidade do imposto. A carga tributária, explica Grazielle Custódio David, é determinada por demandas sociais. A contradição que ela aponta é a de que setores pleiteiam melhores serviços públicos, mas combatem justamente os meios que o Estado tem para promovê-los. O imposto parece ter caído em desgraça e descrédito, principalmente no quadro neoliberal mostrado por MONBIOT (2016). Ao invés de execrar as taxações, o que precisa mudar é a justiça fiscal. Na realidade os super-ricos não têm interesse em atender demandas sociais (saúde, educação, etc.) – porque muitos deles têm saúde e educação privadas.

Brasileiros super-ricos pagam menos imposto, na proporção de sua renda, que os de classe média alta, sobretudo assalariados. Tal sistema viola, assim, o princípio da progressividade tributária (o nível de tributação cresceria com a renda). A conclusão é do artigo de 2015 do Centro Internacional de Políticas Públicas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) de autoria de Sergio Gobetti e Rodrigo Odair, que são também do Ipea. Segundo o estudo dados de imposto de renda de 2007 a 2013 mostram que os super-ricos somam 71 mil pessoas (0,05% da população adulta) e ganharam em média R\$ 4,1 milhões em 2013. Assim, na proporção da renda, pagam menos imposto que um cidadão de classe média alta. Dois terços da renda destes brasileiros estão isentos de incidências tributárias, proporção maior que de outras faixas. A alíquota média dos que pagam é 7%, ao passo que a média dos estratos intermediários dos declarantes é 12% CARTA CAMPINAS, 2016a).

Tal distorção se dá pela peculiaridade da lei brasileira, que dá isenção de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas. Dos 71 mil brasileiros super-ricos, 50 mil receberam dividendos em 2013 e não pagaram nenhum imposto. Além disso, estes super-ricos beneficiaram-se da baixa tributação sobre ganhos financeiros. No Brasil é de 15 a 20%. Os salários dos trabalhadores, por sua vez, são sujeitos a imposto progressivo – com alíquotas que chegam até a 27,5% - atingindo níveis moderados de renda (acima de R\$4,7 mil em 2015). A justificativa para a lei que isenta lucros de taxação é evitar que o lucro, já taxado na empresa, seja novamente taxado quando se converte em renda pessoal, mas não há problema em fazê-lo, visto que outros países fazem isto sem problema.

Além disso há estímulos à sonegação, como as manobras fiscais praticadas por grandes empresas que vendem produto barato para paraísos fiscais, e de lá revendem para outros países com preço de mercado. Há também outra prática no Brasil, como a das empresas que deixam de pagar Confins e investem em mercado financeiro. A dívida ativa da União está em mais de R\$ 1 trilhão, e outros R\$ 500 bilhões se perdem na sonegação, o que leva a questionar por que não se investe em fiscalização e cobrança de dívidas.

Otaviano Canuto, diretor executivo do FMI para o Brasil e mais dez países, diz que há margens enormes para reduzir a sonegação fiscal no país e ampliar impostos sobre heranças, imóveis e rendas dos brasileiros mais ricos (FELLET, 2016). Para Sergio Gobetti e Rodrigo Orair, por sua vez, o governo poderia arrecadar mais de R\$ 43 bilhões ao ano se cobrasse 15% de imposto sobre lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas. A sugestão de Grazielle Custódio David, divulgado por CARTA CAMPINAS (2016) é:

- Diminuir impostos diretos;
- Redistribuir imposto de renda;
- Criar mais faixas, com diferentes alíquotas (diminuindo incidência do IR até 40 salários mínimos e aumentando acima disso);
- Revogar isenção de taxas para lucros e dividendos;
- Taxar patrimônio.

Se no Brasil a taxaço das grandes fortunas sofre resistências, ainda que de maneira diferente, na Europa a taxaço dos mais ricos também sofre revezes. A tentativa mais famosa – e também a mais frustrada – é a taxa Tobin. Cobrada sobre transações financeiras (especulativas), aguarda efetivaço desde 1997. Formulada pelo economista norte-americano James Tobin (1918-2002) em 1972, a ideia de taxar as finanças conseguiu penetraço na Europa após a crise de 2008, mas é um típico exemplo de reforma cujo eterno adiamento não suscita nenhum clamor. No fim do século XX a Oxford University Press publicou livro (HAQ, KAUL e GRUNBERG, 1996), no qual especialistas em finanças internacionais eram favoráveis à taxa Tobin e seu impacto. Entretanto, ainda é um projeto europeu sabotado pela França, que zelosa no favorecimento dois grandes bancos, há tempos oferece oposiço (LEMAIRE, 2016). Por fim, evidencia-se que a taxaço aos mais ricos continua sendo tabu em diversos países.

BIBLIOGRAFIA

- ABARCHE, Jorge (2014). “A desigualdade que Piketty não viu”, In: Website da UnB, www.unb.br, 07 de agosto, acesso em 23 de maio de 2016.
- ABEL, Henrique (2012). “A medíocre elite social brasileira”, In: Blog Somos Andando, www.somosandando.wordpress.com, 28 de agosto, acesso em 01 de março de 2016.
- AGUIAR, João Valente (2011). “O especulador e o industrial. A esquerda do lado do mito contra a realidade”. www.passapalavra.info.
- BELO, Eduardo; LIMA, Flavia (2016). “País produz ‘novos ricos’ com cabeça de classe média” In: Jornal Valor Econômico, 14 de julho, p. A12.
- BERNARDO, João (2014). *Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*.
- BERNARDO, João (1991). *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez.
- BOURDIEU, Pierre (1981). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre (2007). *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp/ Porto Alegre: Zouk.
- BOURDIEU, L Pierre (2013). “Capital simbólico e classes sociais” Tradução Fernando Pinheiro, In: Novos Estudos Cebrap, n. 96, pp. 105-115 apud www.cafecomsociologia.com, acesso em 21 de julho de 2016.
- BOURDIEU, Pierre e SAINT-MARTIN, M. (1976). “Goffts de classe et styles de vie”. Excerto do artigo “Anatomie du goftt”. Traduzido por Paula Montero. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, no. 5, outubro, pp. 18-43.
- BRAUDEL, Fernand (1996). *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Vol. 2. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBSITE BRASIL 247 (2013). “Seis famílias controlam 70% da imprensa no Brasil” in: Website Brasil 247, www.brasil247.com, 04 de fevereiro, acesso em 09 de maio de 2016.
- BRUM, Eliane (2015). “Mãe, onde dormem as pessoas marrons? ”. In: El País, 22 de junho. www.brasil.elpais.com, em 29 de junho de 2015.
- CARTA CAMPINAS (2016). “Super-ricos no Brasil são sustentados pela classe média e pelos pobres” In: Carta Campinas, cartacampinas.com.br, 03 de fevereiro, acesso em 16 de maio de 2016.
- CARTA CAMPINAS (2016a). “Estudo das Nações Unidas mostra que o Brasil é paraíso fiscal dos super-ricos” In: Carta Campinas, cartacampinas.com.br, 01 de abril, acesso em 18 de maio de 2016.
- CARVALHO, José Murilo de (1987). *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, Sandro Sacchet de et al. (2016). *O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares*. Texto para discussão número 2209. Rio de Janeiro: Ipea.

CASTEL Robert (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

CASTRO, Josué de (1984). *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares.

CHALHOUB, Sidney (1990). “Classes perigosas”, In: Revista Trabalhadores, São Paulo: no. 6, pp. 2-22.

CUADROS, Alex (2016). *Brazilianaires: Wealth, Power, Decadence, and Hope in an American Country*. Nova York: Spiegel & Graw.

DONATO, Mauro (2016). “Desigualdade: estudos sobre as famílias ricas mostram que os pobres são os mesmos de sempre”, In: Diário do Centro do Mundo, www.diariodocentrodomundo.com.br, 13 de julho, acesso em 15 de julho de 2016.

ENGELS, Friedrich (2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (2014). *O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Um retrato multidimensional*. Relatório ONU 2014. Brasília-DF: FAO.

FAO (2014a). *The State of Food Insecurity in the World*. Rome: FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAORO, Raymundo (2001). *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo.

FARIZA, Ignacio (2015). “Desigualdade econômica e social: 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta” In: Jornal El País, www.brasil.elpais.com, 18 de outubro, acesso em 18 de maio de 2016.

FELLET, João (2016). “Há margem enorme para taxação de ricos no Brasil, diz diretor do FMI” In: Jornal Folha de São Paulo, www1.folha.uol.com.br, 16 de maio.

FERNANDES, Florestan (1968). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

FERNANDES, Florestan (1987). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara.

FETRAF-SUL – FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR – SUL (2014). “Agricultura Familiar é a Grande Responsável pelo Processo de Erradicação da Fome no Brasil, diz ONU”, In: website da Central Única dos Trabalhadores. www.cut.org.br, acessado em 23 de outubro de 2015.

FURTADO, Celso (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2000a). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha.

GALA, Paulo (2016). *Países ricos empregam muita gente em setores manufatureiros e de serviços sofisticados e têm uma estrutura produtiva complexa*, In: www.paulogala.com.br, acesso em 20 de julho de 2016.

- GALA, Paulo (2016a). *Manufaturas são complexas e commodities não são complexas*, In: www.paulogala.com.br, acesso em 20 de julho de 2016.
- GALA, Paulo (2016b). *Produtividade da economia brasileira afunda com perda de empregos industriais*, In: www.paulogala.com.br, acesso em 20 de julho de 2016.
- GALEANO, Eduardo (1990). *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GLADWELL, Malcom (2008). *Fora de série – Outliers*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante.
- GREENWALD, Glenn (2016). “Billionaires in Brazil: Understanding How Extreme Wealth and political Power Overlap Everywhere”, In: The Intercept, 13 de julho, www.theintercept.com, acesso em 18 de julho de 2016.
- GUIMARÃES, Lígia (2015). “Maior recuo da desigualdade foi pré-ditadura” In: Valor Econômico, 23 de dezembro.
- HANAUER, Nick (2014). *Beware, fellow plutocrats, the pitchforks are coming*. In: TEDTalks, TED@250, www.youtube.com, agosto, acesso em 30 de agosto de 2016.
- HAQ, Mahbub Ul; KAUL, Inge; GRUNBERG, Isabelle (1996). *The Tobin Tax: Coping with Financial Volatility*. Oxford: Oxford University Press.
- HOFSTEDE, Geert (2001). *Culture’s Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations*. Thousand Oaks-CA: Sage.
- HUBERMAN, Leo (1981). *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- IBER, Patrick (2016). “Brazil’s Billionaire Problem”, In: New Republic, newrepublic.com, 01 de agosto, acesso em 09 de agosto de 2016.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA (2010). “Capítulo 7 – A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (REDESAN) como elemento da estratégia da Política de Segurança Alimentar e Nutricional”. In: *Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas – Livro 6 – Vol. 2*. Brasília – DF: IPEA, PP. 239-255.
- JONES, Daniel Stedman (2012). *Masters of the Universe: Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- JUDT, Tony (2010). *Ill fares the land*. Londres: Penguin.
- KLEIN, Naomi (2007). *The shock doctrine: The rise of disaster capitalism*. Nova York: Picador.
- KREUTER, Gretchen (1962). “The Vanishing Genius: Lewis Terman and the Stanford Study”. In: History of Education Quarterly 2, no. 1 (março), pp. 6-18.
- LAREAU, Annette (2003). *Unequal Childhoods: Class, Race, and Family Life*. Berkeley: University of California Press.
- LEMAIRE, Frédéric (2016). “À espera da taxa Tobin...”, In: Le Monde Diplomatique Brasil, maio de 2016, pp. 16-17.

LUCENA, Eleonora de (2016). “Escracho”, In: Jornal Folha de São Paulo, www1.folha.uol.com.br, 26 de julho, acesso no mesmo dia.

LUKÁCS, Georg (2003). *História e Consistência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes.

MANOLO (2016). “Estado amplo: duas concepções, duas estratégias”. <http://passapalavra.info/2016/11/109868>.

MARICATO, Ermínia (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec.

MARINGONI, Gilberto (2016). “A noção de classe média é ilusória”, In: Desafios do Desenvolvimento, www.desafios.ipea.gov.br, Ano 12, Edição 85, 20 de janeiro, acesso em 23 de maio de 2016.

MARTINS, José de Souza (1992). *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano do fim do da República Velha*. São Paulo: Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul.

MARTINS, José de Souza (2008). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Contexto.

MARX, Karl (1994). *O Capital. Livro Primeiro, vol. II*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2003). *Manifesto Comunista*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (2015). “Extrema pobreza reduz 18,1% entre pessoas negras”, In: Website do MDS, www.meds.gov.br, acesso em 24 de novembro de 2015.

MEDEIROS, Marcelo (2001). *A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza*. Texto para Discussão no. 812. Brasília-DF: IPEA.

MERTON, Robert K. (1970). *Sociologia – Teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MÉSZÁROS, Istvan (2014). “Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização”, In: ANTUNES, Ricardo (org.) (2014). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, pp. 25-35.

MIRANDA, David (2016). “A razão real que os inimigos de Dilma Rousseff querem seu impeachment” In: The Guardian, www.theguardian.com, 22 de abril, acesso o em 23 de maio de 2016.

MONBIOT, George (2016). “Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems”, In: The Guardian, www.theguardian.com, 15 de abril, acesso em 15 de abril de 2016.

MOREIRA, Assis (2016). “Meirelles segue mesma linha de Barbosa, diz economista” In: Jornal Valor Econômico, 26 de julho, p. A14.

MSN DINHEIRO (2016). “Os países mais pobres e ricos do mundo revelados”, In: www.msn.com, acesso em 26 de fevereiro de 2016.

MSN DINHEIRO (2016a). “Veja quem são os 31 maiores bilionários brasileiros” In: Website MSN, www.msn.com, acesso em 02 de março de 2016.

- MYRDAL, Gunnar (1990). *Desafio à riqueza*. São Paulo: Brasiliense.
- NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (2016). “Quando 62 pessoas têm a mesma riqueza que 3,8 bilhões, estamos longe do fim da miséria”, In: Website das Nações Unidas no Brasil, www.nacoesunidas.org, 03 de março, acesso em 10 de maio de 2016.
- NERI, Marcelo Cortes (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/ IBRE, CPS.
- POLESE, Pablo (2015). “Tempestade perfeita? A oposição de direita e os desafios para a extrema esquerda.” <http://www.passapalavra.info/2015/07/105243>; <http://www.passapalavra.info/2015/07/105331>; <http://www.passapalavra.info/2015/07/105432>
- OLIVEIRA, Fátima (2015). “Disse Maiakóvski: gente é para brilhar com brilho eterno” In: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 11 de agosto. www.geledes.org.br, acessado em 23 de outubro de 2015.
- OLIVEIRA, Francisco (1972). “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, In: Estudos Cebrap.
- ORTIZ, Renato (org.) (1983). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática.
- PERRIN, Fernanda (2016). “Caixa amplia financiamento para imóveis destinados aos mais ricos”, In: Jornal Folha de São Paulo, 19 de julho, www1.folha.uol.com.br, acesso no mesmo dia.
- PIKETTY, Thomas (2014). *O capital no século XXI*. Tradução de Mônica Baungarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- POCHMANN, Márcio et al. (org.) (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil, vol. 3: os ricos no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- POCHMANN, Márcio (2012). *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- POCHMANN, Márcio (2014). *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo.
- JORNAL PONTO FINAL (2015). “Brasil reduz mortalidade infantil”. In: Jornal Ponto Final, Ano XIX, no. 870, semana de 15 a 21 de outubro de 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1993). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- PROUDHON, Pierre-Joseph (s.d.). *Contradictions économiques*. Paris: Rivière, capítulo XI.
- RADIO FRANCE INTERNATIONAL (2015). “Brasil é exemplo de combate à desigualdade, diz relatório da OCDE”. In: RFI Português do Brasil. www.brasil.rfi.fr, 21 de maio, acesso em 22 de outubro de 2015.
- RANIERI, Jesus (2014). “O fenômeno do estranhamento e a atualidade do conteúdo da crítica ao capital: ainda Marx”, In: ANTUNES, Ricardo (org.) (2014). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo: Boitempo, pp. 107-119.
- ROLNIK, Raquel (1997). *A cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/ Nobel

- ROLNIK, Raquel (2015). “Como andam nossas metrópoles” In: Folha de São Paulo. 19 de outubro, p. B6.
- SALATA, André Ricardo (2016). *A Classe Média Brasileira*. Rio de Janeiro: Letra Capital
- SAYER, Andrew (2015). *Why we can't afford the rich*. Bristol: University of Bristol.
- SCHWARZ, Roberto (1992). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- SMITH, Adam (1996). *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, Círculo do Livro.
- SOUZA, Jessé (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG.
- SOUZA, Jessé (2016). “O golpismo de ontem e o golpismo de hoje”. In: Le Monde Diplomatique Brasil, pp. 6-7.
- SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de (2010). “Comentário sobre *A sociabilidade do homem simples*” In: O social em questão – Ano XIII, no. 24, jul. -dez., pp. 189-196.
- TRAMONTINA, Mariana (2016). “Gentrificação”, In: Tab#35, tab.uol.com.br, acesso em 05 de agosto de 2016.
- TRAGTENBERG, Maurício (2011). *Evolução da Revolução Russa de 1917 até hoje*. In.: Teoria e ação libertárias. São Paulo: Ed. UNESP.
- TRAGTENBERG, Maurício (2011). *A Terceira Revolução Russa*. Teoria e ação libertárias. São Paulo: Ed. UNESP.
- VALOR ECONÔMICO (2015). “As pessoas mais ricas no Brasil têm 65,8% do total dos rendimentos isentos” In: Jornal Valor Econômico, www.valor.com.br, 10 de agosto, acesso em 10 de maio de 2016.
- VEBLEN, Thorstein (1987). *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Nova Cultural.
- VERHAEGHE, Paul (2015). *What about me? The struggle for identity in a Market-based society*. Brunswick: Scribe.
- VERRI, Enio (2016). “O ilegítimo Michel Temer escolheu governar provisoriamente para os mais ricos” In: Brasil 247, www.brasil247.com, 26 de julho, acesso no mesmo dia.
- VIANNA, Oliveira (1988). *História social da economia capitalista no Brasil*. Volume 1. Belo Horizonte: Itatiaia.
- VON MISES, Ludwig (2012). *Bureaucracy*. EUA: Important Books.
- WEBER, Max (1968). *História geral da economia*. São Paulo: Martins Fontes.
- WRIGHT MILLS, Charles (1969). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: Zahar.
- WRIGHT MILLS, Charles (1970). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar.

APÊNDICE

Quadro 1. Correspondências entre as Áreas de Ponderações e Áreas Censitárias do município de Santo André

Área Ponderação (AP) (Nº)	Área Ponderação (AP) (Nome)	Área Censitária (Bairro)
1	ASSUNÇÃO	Bairro Paraíso / Vila Assunção / Vila Gilda
2	CAMILÓPOLIS	Jardim das Maravilhas / Jardim Utinga / Vila Camilópolis
3	CAMPESTRE	Campestre / Jardim / Santa Maria / Vila Alpina / Vila Guiomar
4	CATA PRETA	Cata Preta / Jardim Riviera / Parque do Pedroso / Parque Miami / Sítio dos Vianas
5	CENTRO	Casa Branca / Centro / Jardim Bela Vista / Tamanduateí 1 / Tamanduateí 3 / Vila Alice / Vila Bastos
6	CIDADE SÃO JORGE	Cidade São Jorge / Jardim Marek / Parque Gerassi Centreville / Vila ogresso
7	CONDOMÍNIO MARACANÃ	Condomínio Maracanã / Jardim Ipanema / Vila Guaraciaba / Vila Lutécia / Vila Suíça / Vila Tibiriçá
8	JARDIM BOM PASTOR	Jardim Bom Pastor / Vila Floresta / Vila Scarpelli / Vila Valparaiso
9	JARDIM CRISTIANE	Jardim Cristiane / Jardim Stella / Vila Alzira
10	JARDIM DO ESTÁDIO	Jardim do Estádio / Jardim Santa Cristina
11	JARDIM SANTO ANDRÉ	Jardim Santo André / Parque dos Pássaros
12	NAÇÕES	Jardim Santo Antonio / Parque das Nações / Vila Francisco Matarazzo
13	PARQUE ANDREENSE	Acampamento Anchieta/Cabeceiras do Araçuaiva/Cabeceiras do Rio Grande/ Cabeceiras do Rio Mogi/Cabeceiras do Rio Pequeno/Campo Grande/Estância Rio Grande/Fazenda dos Tecos/Jardim Clube de Campo/Jardim Guaripocaba /Jardim Joaquim Eugênio de Lima /Paranapiacaba/Parque América/Parque das Garças/Parque Estadual da Serra do Mar/Parque Represa Billings II/Parque Represa Billings III/Parque Rio Grande/Recreio da Borda do Campo/Reserva Biológica Alto da Serra/Rio Grande/Sítio Taquaral/Três Divisas/Várzea do Rio Grande/Waisberg I/Waisberg II
14	PARQUE CAPUAVA	Jardim Alzira Franco / Jardim Itapoan / Jardim Rina/Parque Capuava / Polo Petroquímico Capuava/ Tamanduateí 5/Tamanduateí 6/ Tamanduateí 8
15	PARQUE JOÃO RAMALHO	Parque Jaçatuba / Parque João Ramalho / Vila Curuça
16	PARQUE NOVO ORATÓRIO	Jardim Ana Maria /Jardim Santo Alberto / Parque Novo Oratório
17	PARQUE ORATÓRIO	Parque Erasmo Assunção / Parque Oratório / Vila Lucinda
18	SANTA TEREZINHA	Bangú / Santa Terezinha/ Tamanduateí 2/ Tamanduateí 4/ Vila Metalúrgica
19	VILA HUMAITÁ	Parque Marajoara / Tamanduateí 7/Vila América /Vila Guarani / Vila Homero Thon/ Vila Humaitá
20	VILA LINDA	Jardim Alvorada /Jardim Las Vegas /Vila Linda
21	VILA LUZITA	Jardim Irene / Vila João Ramalho /Vila Luzita
22	VILA PALMARES	Vila Palmares /Vila Príncipe de Gales / Vila Sacadura Cabral
23	VILA PIRES	Bairro Silveira / Vila Helena /Vila Junqueira / Vila Pires

Filmes:

Muito Além do Peso. Direção: Estela Renner e produção de Marcos Nisti. Produtora Maria Farinha. Brasil, 2012.

Que horas ela volta? Direção: Anna Muylaert. Brasil, 2015.

Quadro 2 - Rendimentos anuais médios mais altos

PAÍS	RANKING	RENDIMENTO ANUAL MÉDIO/ PESSOA em US\$	COMENTÁRIOS
Nova Zelândia	30º.	36.342	Pouco afetado pela crise
Coreia do Sul	29º.	37.413	Reduziu a pobreza Melhorou a economia Cresceu 20% de exportações Cresceu 30% em investimentos
Japão	28º.	38.797	A terceira maior economia, agora beirando a recessão
Reino Unido	27º.	39.224	Desempenho econômico melhor que o esperado Inflação permanece baixa Desemprego continua a cair
Finlândia	26º.	41.393	A economia mais fraca da União Europeia Declínio da demanda de papel (sua maior exportação) Atraso da Rússia, seu grande parceiro
França	25º.	41.393	Redução dos gastos domésticos Declínio de investimentos empresariais
Bélgica	24º.	42.923	Ressurgimento da demanda doméstica Aumento das exportações
Islândia	23º.	44.575	Cinco anos após a crise bancária/ financeira, agora ascensão Impulso econômico por: - exportações - pesca - produção de energia - indústria de alumínio
Oman	22º.	44.903	Dependente do petróleo, mas: Beneficia-se de acordo de livre comércio com os EUA
Dinamarca	21º.	45.800	Alta tecnologia em: - setor agrícola - transporte marítimo - comércio exterior
Canadá	20º.	45.981	Cresceu no segundo semestre de 2015: - fortaleceram-se as exportações - aumentou gasto do consumidor
Taiwan	19º.	45.996	Exporta: - eletrônicos - máquinas - petroquímicos Porém: A economia é exposta à flutuação de demanda
Alemanha	18º.	46.165	Apesar do escândalo da Volkswagen, a economia continua robusta e com aumento de exportações
Suécia	17º.	46.386	A moeda fraca facilita exportações Expandiu mercados na Ásia e almeja a América do Norte
Áustria	16º.	46.906	Economia lenta em 2016, mas políticas e redução de impostos impulsionam a economia
Austrália	15º.	48.288	- alta mineração - desemprego a 6% Levam a tendência a economia estável
Irlanda	14º.	46.906	Economia cesceu mais de 6% no início de 2016, comparado ao mesmo período de 2014 O Euro fraco favorece as exportações
Holanda	13º.	48.797	- superávit comercial - governo forte - desemprego moderado - relações laborais estáveis

Bahrain	12º.	52.830	Economia impulsionada por petróleo - é um dos primeiros a ter petróleo - é um dos primeiros a construir refinaria Porém o é a nação mais dependente do setor bancário/ financeiro
Arábia Saudita	11º.	56.253	Economia baseada em petróleo Maior exportador de petróleo Crescente turismo
Suíça	10º	56.815	Continua robusta, apesar de reajustamento feito porque o Banco Central do país deixou o Franco Suíço maior que o Euro
Estados Unidos	09º.	57.045	Forte crescimento em 2016 Impulsionou o consumo Combustível mais barato
Hong Kong	08º.	57.676	Forte regulamentação Serviços financeiros de primeira classe
Emirados Árabes Unidos	07º.	67.201	Esforços para atrair investimento estrangeiro, especialmente em tecnologia
Noruega	06º.	67.619	Por duas décadas o petróleo tem melhorado a qualidade de vida Os preços caíram, mas tem: - política monetária independente - forte quadro macroeconômico O que a torna financeiramente sólida
Kuwait	05º.	71.600	Apesar da baixa do preço do petróleo, há plano de desenvolvimento de cinco anos, que incidirá no crescimento de setores não petrolíferos
Brunei	04º.	80.335	Petróleo e gás. Queda no preço da energia, mas o governo quer diversificar a economia/ lançar nova bolsa de valores em 2017.
Cingapura	03º.	84.821	- elevado endividamento das famílias - economia global frágil Mas tem: - sólido quadro econômico - superávit em conta corrente
Luxemburgo	02º.	94.167	Forte setor financeiro É residência de ricos Baixa dívida pública Instituições robustas
Qatar	01º.	146.011	- economia sólida - rápido crescimento - infra-estrutura para a Copa de 2022

Fonte: Revista Global Finance, apud MSN DINHEIRO (2016).

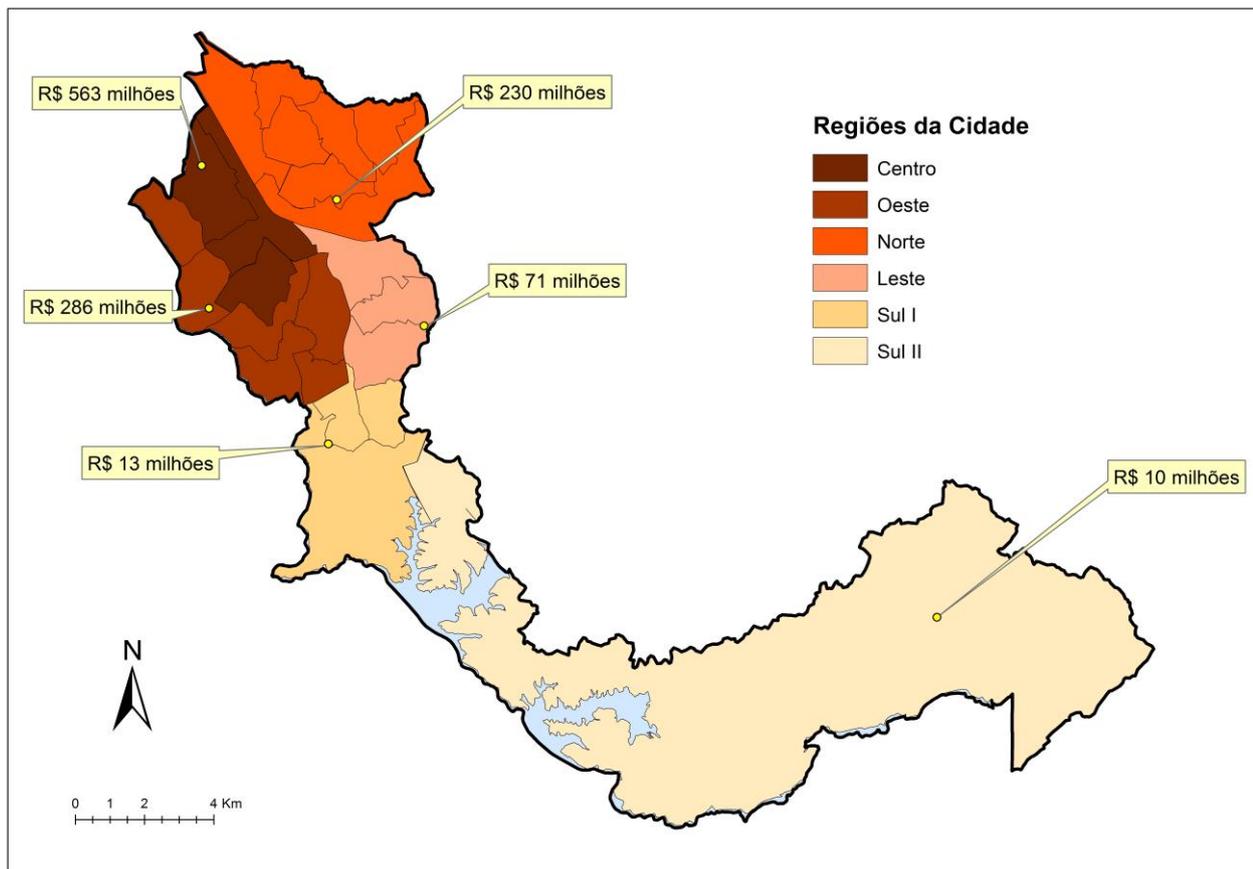
Quadro 3 - Rendimentos anuais médios mais baixos

PAÍS	RANKING	RENDIMENTO ANUAL MÉDIO/ PESSOA em US\$	COMENTÁRIOS
Haiti	20º.	1.846	Pobreza, corrupção, baixo acesso a educação, terremoto (e eu acrescentaria, ditadura)
Uganda	19º.	1.836	Tem: - cobre - ouro - minerais Mas precisa injetar riqueza na economia e reduzir a pobreza rural
Burkina Faso	18º.	1.824	Tem ouro e algodão, mas tem: - golpes militares - governo instável - secas
Ruanda	17º.	1.782	Vinte anos de genocídio Segundo o Banco Mundial, o governo implanta o "Vision 2020" para melhorar empregabilidade dos jovens e reduzir pobreza
Comores	16º.	1.735	Violência política Instabilidade do governo Estar "à beira da desintegração"
Etiópia	15º.	1.656	Mais da metade de Adis Ababa vive em favela Economia depende da agricultura E a seca traz baixa produtividade
Kiribati	14º.	1.640	Cem mil habitantes/ economia de ouro e copra
Mali	13º.	1.614	65% do país é deserto/ país dependente de ajuda externa Atividades econômicas: Cultivo, só que restrito a áreas ribeirinhas (rio Níger) Ouro Urânio
Togo	12º.	1.525	Economia: fosfato Metade da população vive abaixo da linha de pobreza
Guiné-Bissau	11º.	1.491	Ponto de acesso para tráfico de cocaína Governo militar
Madagascar	10º	1.477	Má governança Conflitos políticos de longa duração Falta de infra-estrutura
Guiné (Conacri)	09º.	1.388	De um lado, riqueza mineral De outro, má gestão econômica, instabilidade política e Ebola
Eritreia	08º.	1.210	Mineração promissora, mas tem: - governo repressivo (cinco mil eritreus fogem do país/ mês Eles estão entre os maiores requerentes de asilo do mundo
Moçambique	07º.	1.208	Há dez anos a economia se fortaleceu. Tem: - construção - transporte - comunicação Mas não reduziu pobreza generalizada
Níger	06º.	1.069	Tem tido agricultura e crescimento econômico nos últimos anos, mas tem instabilidade política
Burundi	05º.	951	- crise política - baixo nível de desenvolvimento - pobreza generalizada - corrupção
Libéria	04º.	934	- pobreza - corrupção - consequências da guerra civil que durou 20 anos
Malauí	03º.	819	Inflação e dependência de doadores
República	02º.	753	Conflitos de longa duração impedem o desenvolvimento

Democrática do Congo			político, institucional e econômico
República Centro-Africana	01º.	639	Está entre os menores desenvolvimentos do mundo Corrupção Governos fracos Pobreza e violência

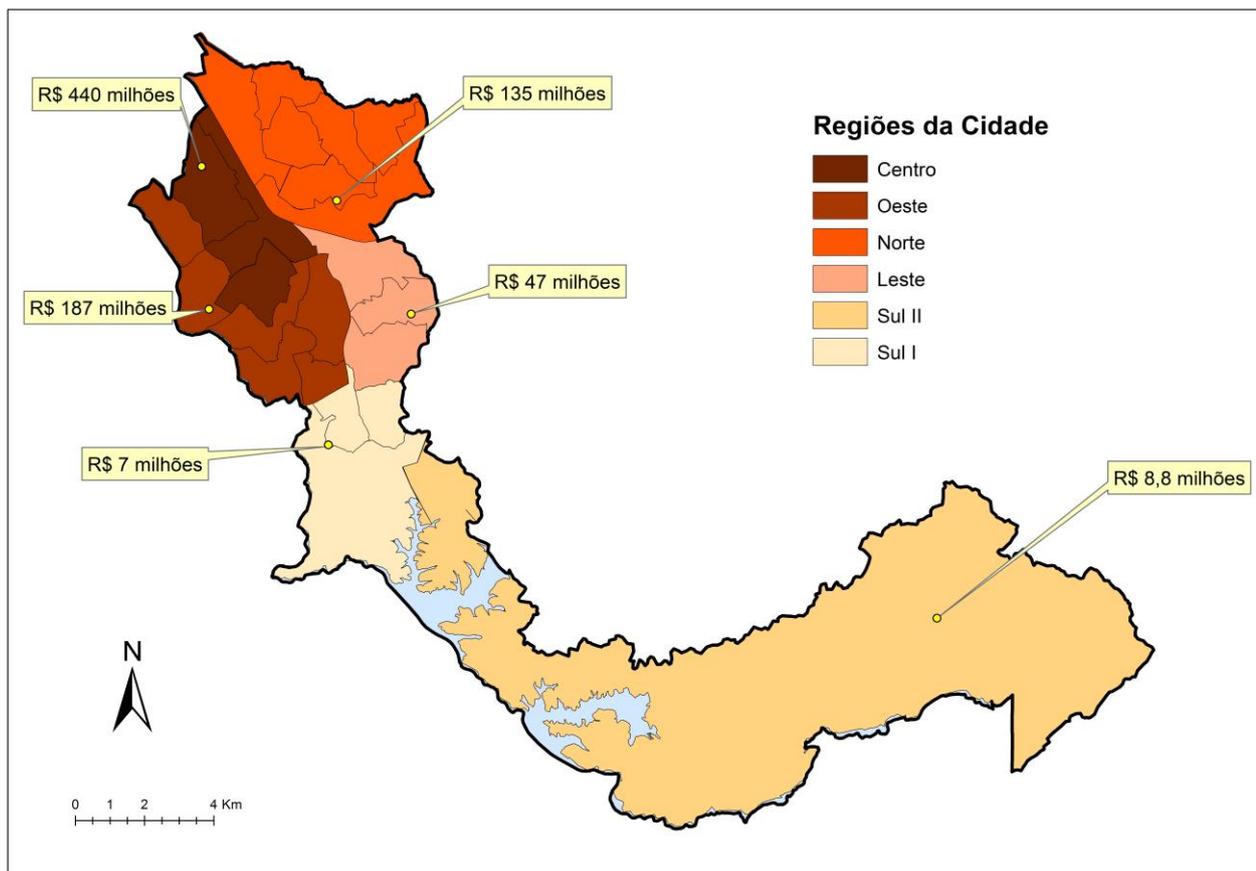
Fonte: Revista Global Finance, apud MSN DINHEIRO (2016).

Mapa 8. Distribuição da massa de riqueza apropriada pelos 10% mais ricos por regiões da cidade, Santo Andre, 2016 (em milhões de reais)



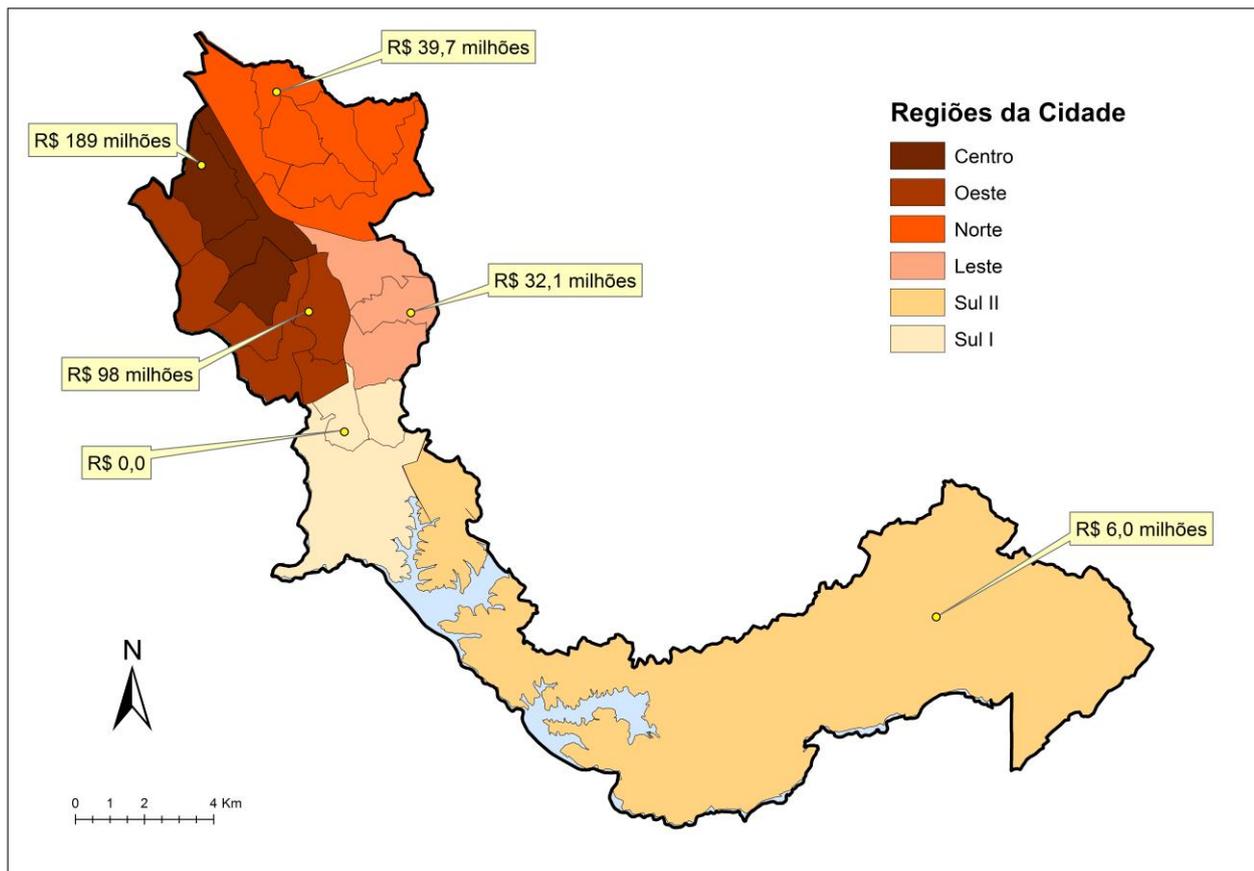
Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA

Mapa 9. Distribuição da massa de riqueza apropriada pelos 5% mais ricos por regiões da cidade, Santo Andre, 2016 -(em milhões de reais).



Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA

Mapa 10. Distribuição da massa de riqueza apropriada pelo 1% mai rico por regiões da cidade, Santo Andre, 2016 - (em milhões de reais)



Fonte: Censo/IBGE, 2010: Dise/SOPP/PSA